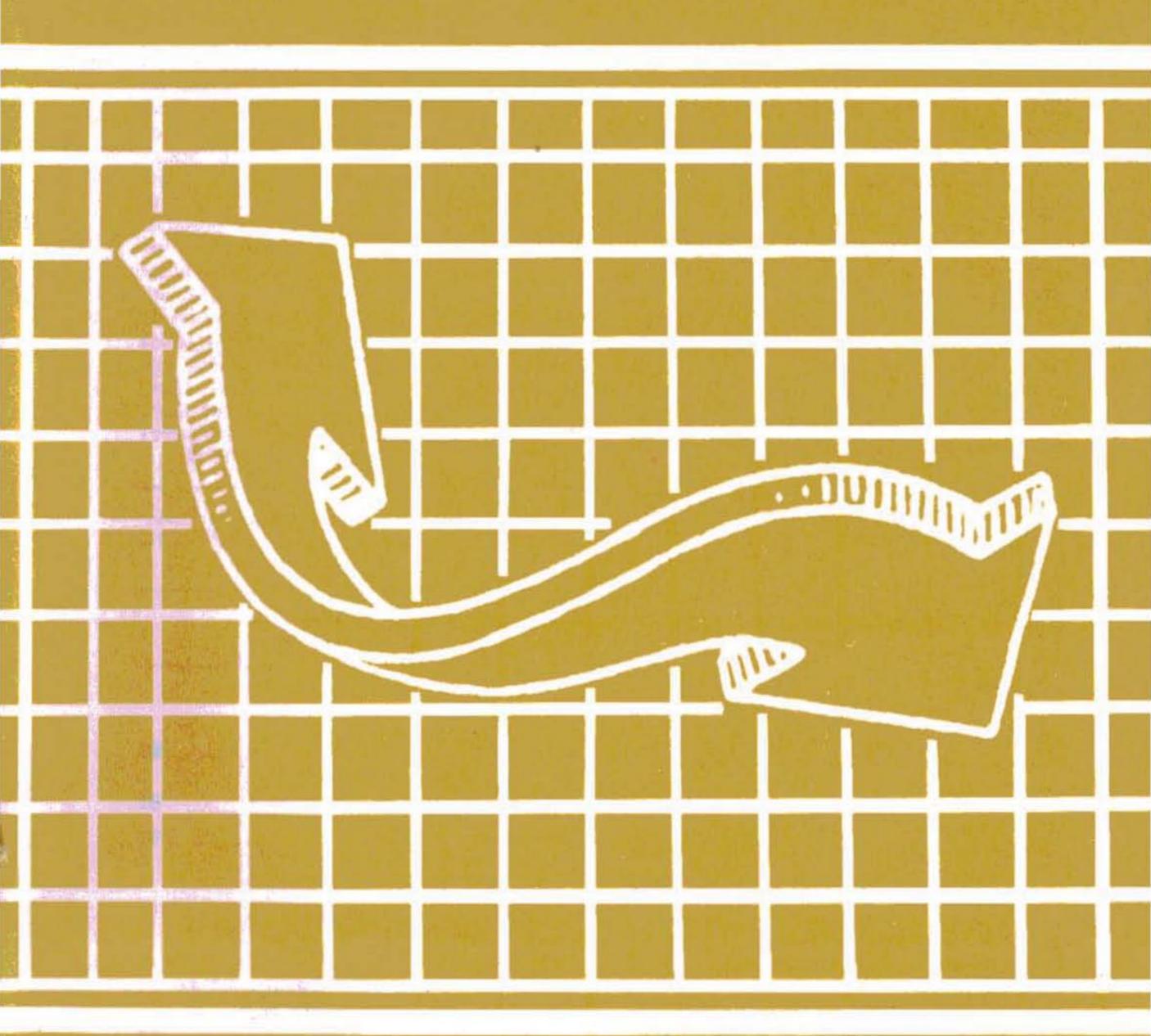
convergência

MAR - 1984 - ANO XIX - Nº 170



- CAMPANHA DA FRATERNIDADE 1984
 Frei Hugo D. Baggio, OFM página 73
- ELEMENTOS PARA A ANIMAÇÃO DA COMUNIDADE RELIGIOSA
 Pe. Javier Cerda, SSCC página 83
- VIDA RELIGIOSA E PREFERÊNCIA PELOS POBRES
 Pe. Marcello de Carvalho Azevedo. SI página 104

CONVERGÊNCIA Revista da Conferência dos Religiosos do Brasil

Diretor-Responsável: Ir. Claudino Falquetto, FMS

Redator-Responsável: Padre Marcos de Lima

Equipe de Programação: Pe. Cleto Caliman, SDB Ir. Delir Brunelli, PIDP Ir. Maria Carmelita de Freitas, Fl

Direção, Redação, Administração: Rua Alcindo Guanabara, 24 — 4º andar 20031 RIO DE JANEIRO — RJ.

Assinaturas para 1984:

Brasil, taxa única, terrestre	ou a	aérea:
Até 30.04.1984	Cr\$	12.000,00
Exterior: marítima	US\$	26,00
aérea	US\$	34,00
Número avulso		

Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da CRB como tal.

Composição: Linolivro S/C Ltda., Rua Correia Vasques, 25 — Joja. 20211 Rio de Janeiro, RJ.

Fotocomposição: Estúdio VM — Composições Gráficas, Ltda., Rua Escobar, 75, s. 202. 20940 Rio de Janeiro, RJ.

Impressao: Oficinas Gráficas da Editora Vozes Ltda., Rua Frei Luís, 100 — 25600 Petrópolis — RJ.

Nossa Capa

Uma simples SETA retorcida e em trejeitos a indicar duas direções. Roland Barthes propõe dois elementos de medida para se avaliar o interesse de um desenho ou de uma foto quaisquer: o studium, ou seja, o esforço e inclinação cultural de cada um; e o punctum, isto é, um detalhe que parte da imagem e atinge, de imediato, a consciência. Coisas óbvias se revestem, por vezes, de maior complexidade. Aceitando-se, todavia, a regra deste jogo semiológico de avaliação, pode-se concluir sobre nossa capa: a SETA, como figurada, é o emblema da indecisão, da ambigüidade, da indefinição, do gosto da pesca em águas turvas. O significado é evidente demais para ser tido como definitivamente apreendido. Para baixo ou para cima? Muito pelo contrário. Avançar ou retroceder? Nem uma nem outra alternativa. Permanecer.

Marcar passo. Estacionar. Denunciar (direção inferior) avivando a consciência dos erros? Ou, anunciar (direção superior) os caminhos a percorrer? Nada disso. Omitir-se, esta forma sinuosa de dourada irresponsabilidade. Há conflitos compatíveis com a Vida Religiosa. E, por isso, fecundos. Outros há, entretanto, irreconciliáveis com ela. E, por isso, estéreis e dopantes. A indecisão e a ambigüidade são espécies deste gênero. O Evangelho é categórico: "Ninguém pode servir a dois senhores" (Mt 6, 24). E o Apocalipse, ao anjo da Igreja de Laodicéia, registra: "Porque és morno, nem frio nem quente, comečar-te-ei a vomitar da minha boca" (Apoc 3, 16). CONVERGÊNCIA, a revista dos Religiosos e Religiosas do Brasil, veicula um discurso afirmativo, revelador de coragem e de fé na Vida Religiosa. A falta de audácia de nossa parte pode paralisar o Espírito. CONVERGÊNCIA, leitura útil para qualquer momento e na formulação do futuro. Alarga o espaço onde os Religiosos se irmanam aos seus ideais, numa comunhão mais frequente e mais fácil, aprimorando o traço de união por que tanto se empenha a Conferência dos Religiosos do Brasil (Pe. Marcos de Lima, SDB).

Registro na Divisão de Censura e Diversões Públicas do D.P.F. sob o nº 1.714-P.209/73.

SUMÁRIO

·	
EDITORIAL	65
ESCOLHE A VIDA João Paulo II	67
INFORME DA CRB	69
CLAR: 25 anos Encontro da Diretoria e Executivos Nacionais com Presidentes e Executivos Regionais	
CAMPANHA DA FRATERNIDADE 84: REVITALIZAR A VIDA EM NÓS Frei Hugo D. Baggio, OFM	73
ELEMENTOS PARA A ANIMAÇÃO DA COMUNIDADE RELIGIOSA Pe. Javier Cerda, SSCC	83
VIDA RELIGIOSA E PREFERÊNCIA PELOS POBRES Pe. Marcello de Carvalho Azevedo, SJ.	104
NOVAS ORIENTAÇÕES PARA A CATEQUESE NO BRASIL Pe. Wolfgang Gruen, SDB	114

EDITORIAL

A verdadeira vida contém no seu âmago o dinamismo gerador de mais vida. Assim é Deus. A vida que borbulha em seu seio não só transborda na Trindade, mas em todo o universo, criando e recriando, salvando e santificando. Criação e história de Israel provam que lahweh é um Deus vivo e manifestam a vida divina (At 14,15s). A encarnação do Verbo tem a finalidade de comunicar a todos vida em abundância (Jo 10,10).

Todo ser humano, em especial o cristão, é chamado a participar da ação criadora e salvífica de Deus. Em outras palavras, é chamado a viver e a gerar vida. Neste sentido, é muito significativo que a esterilidade, no Antigo Testamento, seja considerada uma forma de morte. Ela se opõe ao mandamento do Criador que quer a fecundidade e a vida.

O religioso também deve responder a este chamado. A fecundidade é um dado essencial de sua vocação. Fazer desabrochar todo potencial de vida que há dentro de si mesmo e espalhar sementes de vida à sua volta é um compromisso a que nenhum religioso pode se furtar. Isso implica, sem dúvida, num grande amor à vida, expresso na alegria e acolhida ao dom gratuito de Deus; numa visão positiva da Vida Religiosa que supe-

re todo acento numa renúncia infecunda; na sensibilidade em perceber as ameaças e formas de morte presentes na sociedade, para combatê-las com todo vigor.

Não se pode conceber uma Vida Religiosa estéril. Seria a traição do próprio projeto religioso. Esta afirmação pode parecer gratuita, mas tem o seu realismo. Não ignoramos existem entre nós pessoas que perderam a alegria de viver ou se tornaram incapazes de gerar vida porque fechadas em seu egoísmo, em seus hábitos, em suas idéias; comunidades estéreis e esterilizantes, onde a vida definha na rotina e no descompromisso; religiosos dedicados a atividades pseudo-apostólicas geradoras de mais alienação e morte na sociedade; estruturas massificantes e mutiladoras que impedem o desabrochar da vida, fazendo-a abortar tão logo desponte no seio da comunidade.

A Vida Religiosa é chamada a ser fecunda. Não será este o sentido mais profundo da própria consagração? Aos discípulos Jesus chama e envia para que produzam frutos (Jo 15,16). Viver e produzir frutos constituem uma realidade única. A maldição sobre a figueira para que nunca mais produzisse frutos foi suficiente para provocar sua morte imediata (Mt 21,18s); os sarmentos improdutivos são lança-

dos ao fogo e se queimam (Jo 16,6); o que planta uma vinha quer colher o seu fruto (2 Tm 2,6).

Nesta hora da América Latina em que proliferam, como nos tempos de São Judas, "árvores de fim de outono, sem fruto, duas vezes mortas, desarraigadas (Jd 12), e neste momento da Igreja em que chega aos nossos ouvidos o apelo da Campanha da Fraternidade: "Para que todos tenham vida", é lícito questionar toda forma de inércia na Vida Religiosa e esperar dos seguidores de Jesus Cristo que produzam abundantes frutos. A conversão que o Senhor hoje nos pede é a revitalização da vida em nós, em todas as suas dimensões, e a defesa e promoção da vida de nossos irmãos.

O artigo de Frei Hugo Baggio, OFM, quer nos ajudar a viver o atual momento da Igreja. O autor reflete sobre o tema da Campanha da Fraternidade, sublinhando aspectos como a profissão de fé na vida, a descoberta da vida e o serviço à vida. Concede especial relevo à doação da vida em favor dos irmãos, aspecto de particular importância para os religiosos. Foi assim que Jesus viveu e é este o desafio que ele lança a seus seguidores.

No artigo seguinte, Pe. Javier Cerda, SSCC, apresenta elementos para a animação da comunidade religiosa. Focaliza, em especial, a motivação, a percepção e a tensão entre pessoa e grupo,

fenômenos que têm forte implicação em nossa experiência comunitária e que devem ser levados em conta pelos Animadores. Desmascara "mitos" que muitas vezes alimentamos e nos impedem de ver a comunidade em todo o seu realismo.

Pe. Marcello de Carvalho Azevedo, SJ, retoma um assunto que tem ocupado largamente o interesse e a reflexão dos religiosos nos últimos anos: a preferência pelos pobres. Reconhece que se trata de uma "sensibilidade nova aos homens pobres e à pobreza no mundo" e que vem provocando mudanças profundas na Vida Religiosa. Procura mostrar em que consiste essa "novidade" e fala de suas implicações na Vida Religiosa.

O artigo de Pe. Wolfgang Gruen, SDB, é uma análise do recente documento da CNBB "Catequese Renovada - Orientações e Conteúdo". O autor fala com a experiência de quem acompanhou de perto a elaboração desse documento, resultado de uma caminhada de 15 anos. Faz uma retrospectiva da catequese católica no Brasil, a partir do início do nosso século, apresenta os grandes destaques da "Catequese Renovada" e menciona algumas de suas limitações. O presente artigo é, sem dúvida, uma contribuição valiosa à exata compreensão e prática das orientações da Igreja do Brasil acerca da Catequese.

Irmã Delir Brunelli, PIDP

«ESCOLHE A VIDA»!

João Paulo II

a um grupo de Bispos da Alemanha Federal, em 14/01/1983

Cristo disse de si mesmo que veio para que os homens "tenham a vida, e a tenham em abundância" (Jo 10,10). (...) Todas as forças da Igreja e da sociedade devem ser mobilizadas para que se possa vencer hoje a ameaçadora hostilidade dos homens contra a vida, a falta de coragem para com a própria vida e a sua transmissão, através de um novo sim à vida. Tanto as funestas práticas como os erros teóricos, que consideram a vida como um bem à disposição dos indivíduos ou da sociedade devem ser denunciados por todos os cristãos, bem como por todos os cidadãos em geral, como incompatíveis com a dignidade do homem, e corrigidos através de uma inequívoca ação.

"Escolhe a vida!" (Dt 30,19) — Escolhe entre a morte e a vida que hoje te são apresentadas! Esta interpelação dirigida aos Israelitas no momento de entrar na terra prometida, é igualmente dirigida a nós e às pessoas que nos estão confiadas, em face do difícil caminho futuro. Devemos considerar como a nossa convicção mais profunda e clara que este caminho só não conduz ao vazio ou ao erro se o percorrermos

no seguimento daquele que disse de si mesmo: "Eu sou o caminho, a verdade e a vida" (Jo 14,6). A vida só é possível, com efeito, se vivida confiando na misericórdia de Deus, mais forte que todo o resto, e que nos dará esperança e coragem para viver. Só em Cristo a vida humana encontra o seu verdadeiro sentido e pode maturar até à sua plenitude.

"Escolhe a vida!". Ao lançar este apelo estais certamente a promover em toda a sua dimensão os valores humanos a que nos estamos a referir, começando pela questão da defesa do meio ambiente e da proteção das espécies animais, até ao problema tanto da vida terrena dos homens como da sua vida eterna, à qual cada homem deve saber-se chamado. A vida que vivemos aqui na terra é um valor inviolável, mas é nossa convicção, em conformidade com uma elevada tradição tanto filosófica como sapiencial, de que ela se subordina a outros valores ainda mais altos, como, por exemplo, a dignidade da pessoa e os seus inalienáveis direitos fundamentais. Deste modo, deveis ensinar os homens a amar a sua vida sobre a terra e a vivê-la de um modo humanamente

digno, educando-os ao mesmo tempo para um verdadeiro sentimento da inviolabilidade da vida que recebemos do amoroso poder de Deus. Este ponto de vista cristão nem sempre é fácil de compreender, já que se refere a uma concepção de vida muito mais santa. É por isso que soa hoje como provocação a palavra da Escritura: "Quem perder a sua vida por mim e pelo Evangelho, salvála-á (Mc 8,35). O conhecimento da vida e da morte de um santo cristão de hoje, como por exemplo o Padre Maximiliano Kolbe, fez surgir em muitos homens pelo menos a idéia

de que estamos talvez em presença de um mais elevado grau de afirmação da vida. A reflexão mais profunda acerca desta última possibilidade de dar testemunho em favor da dignidade da vida humana, representará sem dúvida mais um contributo para a compreensão da conhecida palavra de ordem que postula a necessidade da "auto-realização" do homem. Até que ponto esta idéia está de acordo com a nossa fé? Ela é evidentemente legítima desde que não elimine a possibilidade do risco cristão de "perder a própria vida".

Qual a primeira prioridade da Catequese no Brasil?

A primeira prioridade é esta: Fidelidade a JESUS CRISTO, à Igreja e ao Homem. E a segunda é semelhante à primeira: a opção preferencial pelos pobres. Leia, nesta revista, à página 114, "Novas Orientações para a Catequese no Brasil".

A comunidade causa a maturidade?

Por si mesma, numa relação de causa e efeito, creio que a comunidade não produz e não causa necessariamente a maturidade. Creio, todavia, também, que a comunidade pode orientar e favorecer a maturidade pessoal e vocacional. Não basta pertencer a um grupo, viver nele, acentuar a convivência para atingir a maturidade. O que causa a maturidade pessoal, vocacional e cristã, é uma capacidade intrapsíquica de interiorizar valores. O que causa a maturidade é a decisão livre e pessoal de moldar o próprio comportamento com base nos valores reais cristãos e evangélicos. E isto depende muito da disposição interna da pessoa e não apenas da atmosfera do grupo. O contrário seria criar mitos e crer neles. E Você sabe que os mitos são falsas expectativas e concepções errôneas a respeito de uma realidade qualquer. Neste clima de mera coexistência, recolhe a pessoa mais prejuízos do que lucros (Pe. Marcos de Lima, SDB).

INFORME

CONFERENCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL

CLAR 25 ANOS

A CLAR está completando seus 25 anos de serviço à Vida Religiosa da América Latina. Criada a 2 de março de 1959, manteve-se fiel a seu objetivo de promover e animar a Vida Religiosa em nível latino-americano, coordenando atividades, oferecendo subsidiariamente os serviços necessários às Conferências Nacionais e atendendo às solicitações dos Institutos Religiosos.

Somos testemunhas da valiosa contribuição da CLAR na caminhada de renovação da Vida Religiosa em nosso Continente. Merecem destaque, os inúmeros Seminários, realizados em vários países da América Latina, que fizeram circular experiências significativas e ajudaram a lluminar o caminho e descobrir pistas para responder aos desafios da nossa realidade. Lembramos também o papel de relevo desempenhado pelas Publicações da CLAR na compreensão e vivência deste momento histórico. Quem não conhece, por exemplo, "A Vida Segundo o Espírito nas

Comunidades Religiosas da América Latina"? Documento rico de espiritua-lidade e teologia, marco fundamental em todo o processo de renovação da Vida Religiosa entre nós.

A celebração dos 25 anos da CLAR tem início com um encontro em Fortaleza, de 27 de março a 5 de abril de 1984 e culminará com a IX Assembléia Geral, em 1985. Várias programações estão previstas nesse período. Este é um momento de ação de graças ao Senhor que confiou à CLAR a missão de animar a Vida Religiosa na América Latina e concedeu-lhe a graça de ser fiel. É também o momento de agradecer a todos os religiosos que nestes 25 anos serviram a seus irmãos na Diretoria, Executivo e Equipe Teológica, sem esquecer os que hoje exercem estas funções na disponibilidade e alegria. É ainda, o momento de elevar a Deus uma prece para que se realizem as esperanças de novos passos, firmes e corajosos, em favor de uma Vida Religiosa sempre mais comprometida com o anúncio e a construção do Reino em nosso Continente.

ENCONTRO DA DIRETORIA E EXECUTIVO NACIONAIS COM OS PRESIDENTES E SECRETÁRIOS REGIONAIS

Realizou-se no Rio de Janeiro, de 5 a 8 de novembro de 1983, o Encontro anual da Diretoria e Executivo Nacionais com os Presidentes e Secretários Regionais da CRB.

Participaram desse encontro, pela Nacional: Ir. Claudino Falquetto, FMS — Presidente; Pe. João Edênio Reis Valle, SVD; Ir. Silvino José Fritzen, FSC; Ir. Célia Cerveira, SSD; Ir. Arlindo Cor-

rent, FMS; Ir. Domênica Lanhi, SMR; Pe. José Ulysses da Silva, CSSR e Ir. Patricia Helen Nelhouse, CSJ - Diretores; Ir. Maria Vilani Rocha de Oliveira, FHIC, Ir. Nair Alves Cardoso, MNSD; Ir. Maria do Carmo Costa, Prov. Gap.; Pe. Patrick Joseph Leonard, CSSp e Ir. Delir Brunelli, PIDP - membros do Executivo. Vindos das Regionais, estavam presentes: Pe. João Maria Van Doren, OSC e Ir. Therese Petit, FC.SCJ (Belém); Pe. Geraldo de Oliveira, CSSR e Ir. Circe de Almeida Godoy, FC (Belo Horizonte); Pe. Marcos Gonçalves, CM e Ir. Maria Luiza Luca, ASCJ (Brasília); Pe. José May, CSSR e Ir. Elza Giovanella, CF (Campo Grande); Pe. Angelo Avelino Perin, MS e Ir. Maria Agnes Heinen, DP (Curitiba); Ir. Olímpia Galo, FAP e Ir. Ester Ostrovski, IIC (Florianópolis); Pe. Ricardo Delahunty, CSSR e Ir. Isabel Tooda, SDS (Fortaleza); Fr. Humberto Pereira de Almeida, (Goiânia); Pe. Franco Dalla Valle, SDB e Ir. Maria Celeste Coelho, MI (Manaus); Fr. Dorvalino Francisco Fassini, OFM e Ir. Amélia Marcon, ICM (Porto Alegre); Ir. Piedade Santos, SC e Ir. Maria Goretti Quelroz, IMC (Recife); Fr. Neylor José Tonin, OFM e Ir. Ana Maria Paes, FMA (Rio de Janeiro); Ir. Luciana Correia Quaresma, FMNS e Ir. Solange Gisiger, ICSC (Salvador); Pe. Antonio Barônio, SJ e Ir. Irene Passos Cadilhe, MC (São Luís); Pe. Joviano de Lima Júnior, SSS (São Paulo); Ir. Patrícia Helen Neihouse, CSJC (Teresina).

O encontro teve os seguintes objetivos: Geral — Fomentar a unidade da
Conferência dos Religiosos do Brasil;
Específicos — Avaliação da CRB durante o ano de 1983; busca de linhas
comuns para 1984; programação de
atividades para 1984; encontro na con-

vivência e na oração, de toda a equipe dirigente da CRB.

No desenvolvimento do encontro, podemos destacar alguns momentos importantes:

Avaliação da caminhada — A apresentação dos relatórios de cada Regional permitiu uma visão geral do traba-Iho desenvolvido pela CRB, da caminhada feita nesse último ano e dos grandes desafios que estão sendo enfrentados. Em grupos, os participantes levantaram os Destaques e Ausências percebidos através da apresentação dos relatórios. Entre os destaques, convém mencionar o empenho das Regionais na animação da Vida Religiosa em seus múniplos aspectos e, em especial, no que diz respeito à Formação e Inserção nos meios populares. As ausências mais sentidas se referem à formação da consciência crítica para perceber as várias tendências ideológicas do momento; à busca de uma nova espiritualidade condizente com toda a caminhada da Vida Religiosa; à maneira concreta de responder aos desafios que enfrentam os religiosos que atuam nas áreas da Educação e Saúde e à preparação dos formadores.

Estudos das Prioridades da XIII AGO
— Em grupos de interesse, os participantes do encontro estudaram as Prioridades da XIII AGO, confrontando-as com a realidade das Regionais e as programações previstas para 1984. A partir desse estudo e confronto, levantaram sugestões para viabilizar as Prioridades em nível Nacional e Regional, focalizando especialmente estratégias a serem usadas e a possibilidade de aplicação de novas metodologias.

Após apresentação em plenário, os grupos voltaram a se reunir para se-

leção das sugestões apresentadas. Três pontos merecem destaque. Em primeiro lugar, a concordância dos grupos em sugerir mudanças na metodologia das programações da CRB. Em lugar de cursos devem ser realizados seminários, "forum de debates" ou "mesas redondas" que permitam o confronto de experiências, a avaliação da caminhada nos seus vários aspectos e a busca de pistas para enfrentar os novos desafios. Destas programações devem participar, especialmente, religiosos que possam atuar como multiplicadores nas suas Regionais.

Um segundo ponto de concordância diz respeito à descentralização das programações da CRB Nacional, não só para favorecer a participação dos religiosos de áreas mais distantes, mas também na certeza de que o contato com realidades diferentes será fator de grande enriquecimento.

Em terceiro lugar, destacou-se a necessidade de fortalecimento da Interregionalidade. Neste sentido, sugeriuse realizar Assembléias inter-regionais para troca de experiências e busca de caminhos para desafios comuns.

Reflexão sobre o Ser e Agir da CRB — A reflexão sobre o Ser e Agir da CRB foi outro momento importante deste encontro que contou com um bom número de Presidentes e Secretárias Regionais em início de mandato. Com o interesse próprio de quem está consciente de sua responsabilidade, os participantes conversaram sobre o objetivo da CRB de animar e promover a Vida Religiosa e coordenar as atividades que visem a este objetivo. Focalizaram muitos aspectos, entre eles, a unidade e a descentralização, o relacionamento CRB-Igreja local e CRB-CNBB, o mo-

mento atual da Igre)a e da Vida Religiosa, a animação dos Núcleos Diocesanos da CRB.

Tarde de Espiritualidade — D. Davi Picão, Bispo de Santos e representante da CNBB junto aos Religiosos, orientou uma tarde de espiritualidade, a partir da mensagem do Sínodo. Falou sobre o Religioso reconciliador. Lembrou a nossa missão na comunidade religiosa, na Igreja local e na sociedade. Em todo lugar onde há discórdia e divisão, radicalismo e impaciência, individualismo e opressão, o religioso deve testemunhar a reconciliação de Cristo. Prevenir as rupturas, reconstruir a unidade, testemunhar a verdade: este é o papel do religioso.

Liturgia — Ficou a cargo das Regionais. Houve empenho e criatividade. Os gestos simbólicos completaram, em vários momentos, a oração que brotava dos lábios e do coração. A água, o pão, a cruz, os pés descalços e os braços erguidos expressam toda a comunhão, o compromisso, a solidariedade e a súplica dos que rezavam.

Apeio Missionário — Presente apenas por alguns instantes, D. Manuel Vieira Pinto, Bispo de Nampula - Moçambique, dirigiu aos participantes do encontro e, através deles, a todos os religiosos do Brasil, um veemente apelo missionário. A Igreja de Moçambique precisa de sangue novo. Missionários dispostos a trabalhar na evangelização dos pobres. Missionários que possam partilhar o sofrimento do povo, incentivando-o na caminhada para a libertação. Ao contrário do que muitos pensam, hoje é possível enviar missionários para Moçambique e são bem aceitos e amados pelo povo. Os brasileiros não estão lá. E Moçambique os espera!

Questões Práticas — Um largo espaço foi concedido aos participantes do encontro para tratar de questões de ordem prática. Todos reconheceram a importância desse momento, em especial as Secretárias Executivas que tiveram oportunidade de obter valiosas orientações para o seu trabalho.

Conclusões do Encontro — Ao final do encontro, reuniram-se o Presidente e a Secretária de cada Regional para traçar o esboço de uma carta-mensagem a ser enviada às comunidades religiosas. Estas cartas foram lidas em plenário e proporcionaram um momento de intensa comunhão. Estavam ali todos os religiosos do Brasil, presentes no coração, nas preocupações e expectativas de cada Presidente e Secretária Regionais. Foi uma espécie de re-

novação do compromisso assumido de levar avante a animação da Vida Religiosa com toda disponibilidade e esperança.

Merece destaque ainda o clima de fraternidade e descontração que animou todo o encontro. Houve espaço para a troca de experiências e o conhecimento mútuo. A participação foi uma realidade em todos os momentos. Tornouse visível, por um lado, a unidade da CRB e, por outro, a responsabilidade e o grande alcance de cada Regional. Foram dadas valiosas sugestões que, certamente, ajudarão a CRB a renovar o seu dinamismo e, assim, melhor cumprir a sua função de serviço à Vida Religiosa do Brasil. Na avaliação final, constatou-se, com satisfação, que o encontro alcançou seus objetivos.

Ir. Delir Brunelli, PIDP

O que significa mudança de lugar social?

Significa muita coisa. A título de exemplo: (1) Assumir, na leitura e na interpretação da realidade, um novo ângulo, um novo ponto de partida. (2) Um esforço sério de olhar o mundo, a Igreja, a sociedade, a humanidade, a partir dos pobres, de suas urgências e necessidades, de seus valores e apelos, de sua contribuição possível e válida para sua própria promoção e para a desejada construção de uma sociedade justa. (3) Efetiva transformação nos critérios e nos processos de decisão no plano eclesial, social, cultural, político e econômico.

Em outras palavras...

Colocar os pobres ativamente na raiz mesma da criteriologia de nossa análise, avaliação e interpretação da realidade; no centro da elaboração de nossas decisões; no foco de irradiação de nosso ser e agir apostólico de religiosos. Leia "Vida Religiosa e preferência pelos pobres", à página 104.

CAMPANHA DA FRATERNIDADE: 84 REVITALIZAR A VIDA EM NÓS

O lema da Campanha da Fraternidade de 1984, "PARA QUE TODOS TENHAM VIDA", é um sinal de esperança para as comunidades cristãs e para todo o povo brasileiro. Dentro de um panorama de sombras e de atentados à vida, sintam todos a luz de Cristo que vence o egoísmo, o pecado e a própria morte.

Frei Hugo D. Baggio, OFM Niterói, RJ

1. Creio na vida

Rezamos, constantemente, Credo: creio na vida eterna. Nos perturbados dias nossos, parece-nos que somos convidados a refletir, de modo especial, nesta verdade, e entendê-la na sua forma mais profunda e nas suas consequências mais drásticas, vale dizer, entendê-la como eternidade que não apenas nos aguarda um dia, mas que mora já nesta vida. Vida que em mim teve início, vida com a qual estou atravessando e fazendo a história, vida que nunca mais se extinguirá em mim. Algo foi em mim aceso com o fogo da eternidade e, por isso, minha verdadeira morada é esta eternidade. Antes, porém, de atingi-la como o "definitivo" que minha alma busca, devo passar pelas inconstâncias da história. E nesta história há momentos em que esta eternidade fica como que obnubilada e a ambigüidade que desta circunstância flui contamina todo meu agir e caminhar, tansmitindo incertezas aos meus passos. Por isso, uma clareza neste particular tornase-me uma luz entre muitos caminhos que se cruzam elaborados pelo pensamento humano. Com esta luz redescubro que somente o Cristo nos trouxe a revelação do além, cuja realidade não é uma outra, mas forma um todo com a atual. No documento da Congregação da Doutrina da Fé sobre algumas questões referentes à vida futura, de 17 de maio de 1979, lemos: "Se os cristãos não estiverem em condição de ligar as palavras vida eterna a um conteúdo certo, as promessas do Evangelho e o sentido da Criação e da Redenção se esvaziam, ficando a própria vida presente privada de toda esperança".

A vida, em nossos dias, em sua extensão de história e, consequente-

mente, de começo de eternidade ou de eternidade já iniciada, perdeu para o homem, parcial ou totalmente, o significado com que Deus a marcou, quando a soprou no homem e que, a partir de então, o fez imagem e semelhança sua. Quando o homem perde esta dimensão, perde o significado da vida. Eis nosso doloroso drama. Por isso, a vida do outro despe-se de qualquer valor, podendo, com toda a facilidade, ser sufocada ou extinta no outro, assassinada no nascedouro, deformada nas masmorras, desmontada pelos sistemas estatais, empobrecida nos currículos de estudo, animalizada no seu uso cotidiano, coisificada nas experiências científicas. Já não repugna a morte de milhões de homens, ou dentro de um avião ou numa caserna ou num campo de refugiados; não repugna aplicar métodos que extinguem os sentidos que percebem a vida ou automatizam instintivamente os homens; não repugna sustentar sistemas que empobrecem a vida, impedindo-lhe o acesso às fontes da vida, às alegrias da vida, alimentando situações de pobreza crônica, desviando os bens destinados à solução dos problemas humanos para solução de problemas bélicos, geradores de novos problemas; não repugna arrancar aos homens os órgãos ou alterarlhes as faculdades mentais através de métodos de lavagens cerebrais ou torturas — prática desgraçadamente presente em todos os cantos do mundo ---, levando-os a percorrer o negro túnel da loucura ou a amarga experiência do exílio; não repugna atacar a própria fonte da vida: o útero humano, invadindo antes que

a vida nele se instale ou violando-o quando a vida nele já se aninhou, numa vergonhosa covardia de elefantes esmagando orgulhosamente minúsculas formigas indefesas, e isso tudo sob a escandalosa proteção de leis baixadas, numa dolorosa interpretação de que representar o povo é assumir o poder de Deus, decidindo sobre a vida: é a história dos pigmeus que se alvoram em deuses e senhores da vida, dentro de uma falaz argumentação de que matar as crianças hoje, é garantir o pão para os adultos de amanhã... Deus nos perdoe tamanha vaidade e desmiolada falácia!

Veio bem a tempo, pois — como sempre aliás —, o tema abordado pela Campanha da Fraternidade de 1984: Para que todos tenham vida. Tal tema conduz ao âmago da problemática hodierna e faz refletir sobre o fenômeno "vida", bem como sobre as circunstâncias envolventes que dificultam a vida, embotam o sentido da vida, atrapalham a transmissão da vida, aprisionam e tiranizam a vida, distorcem a finalidade divina da vida e tornam ambígua a visão global da vida, tanto na história como na sua plenificação eterna. Porque o grande problema nosso é simplesmente viver. Assim, pela análise da vida, questionamos, mais uma vez, o profundo significado de uma vida que professamos não se esgotar na história. Sobretudo, questionamo-nos a nós mesmos, os religiosos, que acreditamos na "consagração" de uma vida e que abracamos uma forma de viver dentro da VIDA RELIGIOSA, onde o substantivo é vida, portanto é o cerne, e o adjetivo é religiosa, o elemento modificativo e significante. Por isso, em continuação, gostaria de lançar alguns como flaches, para que, a partir deles, pudéssemos refletir e ajudar — a nós e aos outros homens a cujo serviço estamos —, descobrir a vida, tomá-la carinhosa e corajosamente nas mãos e, como o Oleiro do Profeta, moldar um ser belo como Deus o sonhou, santo como o Cristo refez, eterno como a Igreja ensina.

2. Descobrir a vida

A vida é uma realidade complexa. Por ser tal, o homem contentase, na grande maioria, com "viver simplesmente", sem deter-se para senti-la, sem suspender o passo para experimentá-la. Mormente, quando a vida se agita entre o drama e a tragédia, quando fica tão difícil ser vivente, num complicado panorama como a história atual, o homem se recusa a reduzir o fenômeno vida a uma definição que lhe diga algo mais de que uma percepção estética ou uma filosófica expressão verbal. Parar é inclinar-se sobre a vida. É detectá-la em suas minúcias. É percebê-la na palpitação do meu ser e dos seres que me envolvem, desde a flor passageira de fugaz duração de uma noite até os carvalhos gigantescos, de troncos machucados, que fazem adivinhar em seus veios a seiva secular ou na expressão microscópica de um ponto imperceptível na contextura humana ou no todo de um corpo, fonte maravilhante de uma sabedoria maravilhosamente inventiva. É experimentar a vida como

posse de uma eternidade que já circula em nós e está simplesmente em processo de amadurecimento. Tudo isso é um desafio, mas um empolgante desafio, porque a vida em toda sua realidade e em suas manifestações deve ser algo que nos arrebata e nos transporta e nos deixa penetrados de um santo entusiasmo por este magnífico dom. Se estou empolgado, estou agradecido, se agradecido, começo a viver, na expressão mais completa e totalizante, o significado que este verbo quer expressar. Porque, que palavra mais rica de conteúdos que o verbo VI-VER?

Diz bem João Paulo II: "pela concessão da vida ao homem e à mulher Deus coroa e leva à perfeição a obra de suas mãos." E mais: chama-os a uma participação especial do seu amor e do seu poder de Criador e Pai, mediante uma cooperação livre e responsável deles na transmissão do dom da vida humana... Assim, conclui o Papa, a tarefa fundamental da família é o serviço à vida. É realizar, através da história, a bênção originária do Criador, transmitindo a imagem divina pela geração de homem a homem (1). O Papa nos leva a descortinar a origem da vida no seio do próprio Deus e lembra que o homem é chamado, pelo próprio Deus, para participar de seu poder, desta força misteriosa de fazer surgir um outro homem, e também de seu amor a força que anima todo o ser. Por isso, no mesmo documento, o Papa recorda que este dom da vida não apenas se expressa na união matrimonial, que constitui a matriz de novas vidas, mas também a virgindade e o celibato participam da
fecundidade vital de Deus, uma vez
que "matrimônio e virgindade são
dois modos de exprimir e viver o
único mistério da Aliança de Deus
com seu Povo... Embora tendo renunciado à fecundidade física, a
pessoa virgem torna-se espiritualmente fecunda, pai e mãe de muitos, cooperando na realização da
família segundo o desígnio de
Deus" (2).

A descoberta da vida, em todas as suas variadas possibilidades, é que leva o ser humano a empregála dentro de um projeto que ele sabe vir do Pai. Então, a vida, ainda que sacudida pelas desditas diárias que a envolvem ou depenada pelos males físicos e morais que a abalam por dentro, ou ameaçada pela sombra sinistra da difícil assimilação do processo morte, tornando a existência tão frágil e o peregrinar tão efêmero, explode, no entanto, num canto de amor e de alegria. Como Francisco de Assis que sabja não ser fruto do acaso sua existência e não ser ele mero resultado de forças descontroladas, o que o fazia sentirse cantor da vida e do Deus da vida. Sabia integrar, em todos os momentos, os pedacinhos dolorosos e alegres, num todo harmonioso, como numa sinfonia em que tons e dissonâncias se casam numa monumental unidade, não obstante a pluralidade. Assim, dirá bom dia à vida, com a alegria da criança que penetra no bosque encantado, e dirá boa tarde à morte, com a doce emoção do irmão que abraça a irmã esperada, para, nela amparado, galgar o último degrau da vida, que, por ser último, é justamente o transformador final. Ou como a discípula de S. Francisco, Santa Clara de Assis, que degustou a vida inteiramente fora dos moldes da sociedade de consumo e dos esquemas carnais da sociedade, na hora derradeira, o corpo no chão nu da "casa da D. Pobreza", fechou a caminhada com um hino à vida: "Bendito sejais, meu Deus, por me haverdes criado!"

Não é o grito de Jó que maldiz o momento em que o mundo se deu conta de que mais um homem acabava de ser gerado. Nem é o grito revoltado de tantos, que no correr da história, anatemizaram o momento glorioso do aparecimento de mais uma existência e até arquitetaram filosofias para justificar sua posição. Nem é a legislação iníqua que, a pretexto de valores egoístas, reduz as possibilidades da vida e corta a maturação já em curso. Nem é a ação pecaminosa das forças humanas que mantêm um estado de miséria tal que a vida sente dificuldades para evoluir, porque lhe cortam todas as possibilidades de acesso às fontes da manutenção vital. Nem é o gesto tresloucado daqueles que, em número crescente, atentam contra a própria existência, abrindo em si feridas mortais...

Uma atitude negativista a respeito da vida leva à decepção e ao ressentimento contra todos os seres humanos. Torna o homem inimigo do homem. Fomenta o nascimento da violência e alimenta as formas brutais que esta violência assume na história do homem, não obstante a cultura de que se gaba e a tecnologia de que se orgulha. Esta violência distorce os relacionamentos humanos, deforma a convivência, polui o amor. A aversão à vida desencadeia o processo destrutivo, obrigando o homem a proteger seus limites geográficos com poderosos mísseis e seus espaços psicológicos com calmantes e drogas. Por isso, a hostilidade é a marca do nosso tempo. O hostil é um adepto consciente ou inconsciente da destruição. Para provar isso, ali estão as manchetes dos nossos diários, à luz sangrenta dos fatos, retratando a destruição fazendo escola, crescendo em todos os setores sociais, devastando os vários níveis da vida: nível individual, nível familiar e comunitário, nível nacional e internacional, fazendo do mundo um gigantesco xadrez, onde a vida e a morte disputam uma partida apocalíptica. Neste complexo campo existencial, o cristão é chamado a anunciar, com destemor, tudo quanto conduz ao Caminho da vida, como o faziam os primeiros cristãos.

Descobrir a vida é fazer as pazes com ela. E fazendo as pazes com ela, o homem lhe dá sentido. Dar sentido é dar conteúdo à vida. É renascer. É reencontrar as motivações profundas. É senti-la, em cheio. É um passo absolutamente necessário, como escreve Rollo May: "O ser humano não pode viver no vácuo durante muito tempo. Se não evoluir na direção de alguma coisa, além de estagnar, verá suas potencialidades transformadas em morbidez e desespero e, eventualmente, em atividade destruidora" (3).

Entende-se, pelo pouco que dissemos, que a vida é um mistério de solidariedade e de corresponsabilidade, num crescente processo de buscar, mover-se em direção ao mundo, tentativa de afetar os outros e a todo o ser animado, sem excluir o mundo inanimado e, na disponibilidade de se deixar afetar pelos outros, de amoldar-se e relacionar-se com o mundo...

3. A serviço da vida

A vida que mora em nós, ou melhor, que somos nós, torna-se centro de todas as preocupações, na medida em que for sendo descoberta e assumida. Afinal, o próprio Deus preocupou-se com dar a vida ao homem e, com ela, todas as possibilidades para que o homem atingisse sua plena maturação. Reconhecemos, no estado atual, as dificuldades com que nos deparamos para usufruir a vida em todos os seus mistérios. Vivemos na era do pecado, ainda que remidos pelo Cristo. Reconhecemos com isso que a luta entre o que chamamos de bom ou feliz é constante contra o que denominamos de mau ou infeliz. Daí, de um lado os homens gastam energias sem conta e desdobram toda sua capacidade criativa para criar situações sempre mais propícias à criação da vida, à fruição da vida, à conservação da vida, à plenificação da vida, na tentativa de criar aquele ambiente que conteria a resposta a todas as exigências que palpitam na carne do homem. Estranhamente, porém, do outro lado, um conjunto de forças não menos poderosas, eficientes e dedicadas, elaboram toda uma parafernália geradora de mal-estar, penúria, miséria, sofrimento, mortes aceleradas, desencantos e desgosto de viver.

Se nossos primeiros pais assumiram, como companheiros de jornada, uma série de perdas, das quais brotaram males e infelicidades, o que mais pesou e pesa é a tremenda capacidade de "inventar" males e desgraças. Esta capacidade passou ao homem e ele, infelizmente, fez e faz bom uso dela. Inventou as mil formas de causar a morte e infernar a vida, de encurtar a caminhada querida por Deus e de pontilhar o caminho com mil farpas e impecilhos. Inventou o veneno, as câmaras e instrumentos de tortura e as lavagens cerebrais, as cadeias e as masmorras dotadas de requintadas formas de judiar do homem, a ponto de lhe tolher a capacidade de pensar, embrutecendo-lhe as faculdades mais belas com que Deus o dotou. Inventou a escravidão animalesca e os regimes de ditadura cruel e desumana, sempre mais florescentes na sociedade, falsificando até o conceito sagrado de liberdade. Inventou as máquinas para tecer o progresso e com elas um código que amarra a vida do homem às engrenagens que, por vezes, se alimentam da vida dos que fazem girar as manivelas da produção e as rodas do progresso. Inventou os salários com todo seu cortejo de injustiças e inventou as classes sociais dos que mandam e dos que executam, gerando, ao lado disso, todo o monstruoso sistema de pagamento do trabalho, troca ou compra e venda do próprio homem, forma oficial

que encobre a fome, o desemprego, a exploração do homem, a injusta distribuição do rendimento, numa palavra conseguiu o homem coisificar o homem. Daí, podem-se negociar até decretos, onde não mais se luta pela vida, mas negocia-se com a vida. Inventou os cargos públicos e com ele a burocracia e as mordomias violentas que sangram todo um regime e debilitam toda uma sociedade. Inventou a guerra com toda a política da fabricação de armas, a corrida armamentista, os ganhos fáceis, as traições vergonhosas, a submissão de povos a povos, a ameaça no ar, na terra e no mar, as catástrofes que levam o nome de guerra ou de guerrilha, de invasão ou de defesa, de soberania nacional, todos pretextos para fazer explodir catástrofes que, em poucas horas, arrasam o trabalho e as construções seculares dos homens, dificultando sempre mais a presença da vida. Inventou os supermercados e os monopólios que criaram a "arte" dos preços, de esconder os produtos fundamentais à vida, a exportação para adquirir divisas, as habilidades de falsificar os produtos, de passá-los adiante depois de deteriorados ou empobrecidos. Tudo em nome do enriquecer, do melhorar, do servir...

Esta gama toda de sofrimentos, criados e alimentados pelo próprio homem, absorve grande parte das energias vitais, por se ter tornado uma constante na caminhada da humanidade, constituindo-se, por isso mesmo, num permanente atrativo desgastante. Impossível de ser ignorado, pois, ele está ali sob o olhar

de todos. Impossível de ser vencido, porque vinculado ao viver diário do homem. A Palavra de Deus, já muitas vezes, nas páginas dos Testamentos, fala de que o sofrimento dos filhos chega aos ouvidos do Pai. Por isso, no coração do homem, como de um jardim em escombros, nasce sempre viçosa a esperança e o sonho de que, mais dia menos dia, tudo será colocado a serviço da vida. Que aconteça a sonhada reviravolta: que todos os homens se tornem servos da vida. Que as profissões sejam abraçadas como elementos conservadores da vida. Desde o serviço mais humilde, mesmo humilhante, até a mais brilhante posição na escala social, tudo a servico da vida, na compreensão teológica de que pôr-se a serviço da vida é pôr-se a serviço do plano de Deus. Tal espiritualidade deveria permear e nortear todas as manifestações da atividade humana.

Dentro dessa perspectiva, as profissões humanas devem-se orientar no sentido da vida, seja para conservá-la, seja para defendê-la das involvências viciadas do ambiente, dentro do qual está forçada a se desenvolver, seja para libertá-la das legislações anti-vidas que a escravizam e lhe tiram o objetivo. Assim, defender o verde das matas e o azul do céu, proteger as águas e a limpidez da atmosfera é criar espaços propícios à vida. Tudo quanto, em contrapartida, prejudica ou dificulta a ecologia cria fossos à vida e mutila o plano de Deus, que estabeleceu intima comunhão entre a vida do homem e a vida da natureza. Por isso, todas as profissões cruzam-se num ponto: o serviço à vida. Necessário ressaltar sempre este aspecto, mas particularmente quando a ganância, vestindo roupagens de teorias econômicas, assume a dianteira nas motivações vocacionais, fazendo com que o homem se coloque antes a serviço do lucro do que da vida. É a poluição generalizada invadindo as áreas do ideal humano. Salvar a natureza, conduzir os negócios do Estado, levar ao bom funcionamento a economia, orientar uma escola, dirigir um hospital, entregar-se às descobertas no campo da medicina e da saúde, cercar de cuidados a família e a prole, tornar o lazer acessível a todos quantos trabalham, colocar pão em quantidade suficiente à mesa de todos, zelar pelos bens de cultura e torná-los ao alcance de todos, legislar para que uma fatia de terra pertença a cada família e produza frutos, para corrigir a distorcida realidade de milhões de palmos de terra na mão de um senhor e milhões de famílias sem um palmo sequer, propiciar a liberdade, proclamar e respeitar os direitos do homem, permitindo um desabrochar maduro de todas as potências humanas... tudo, enfim, se transforma numa atividade em prol da vida.

Nosso tempo, rico em paradoxos, vive extraordinárias possibilidades de fazer da vida uma aventura gloriosa e bela, sempre mais próxima ao plano querido por Deus. No entanto, criou limitações sem tamanho para todos os aspectos da vida, tornando a experiência do homem uma provação, fazendo com que o homem sinta ser "um degredado filho

de Eva que chora e geme num vale de lágrimas". A Campanha da Fraternidade quer, então "ser um sinal de esperança para as comunidades cristãs e para todo o povo brasileiro, a fim de que, dentro de um panorama de sombras e de atentados à vida, sintam a luz de Cristo, que vence o egoísmo, o pecado e a própria morte".

4. A vida a serviço

Profissão de fé na vida, descoberta da vida, serviço à vida são aspectos que tentamos sublinhar nas linhas acima. Não podemos, porém, parar aqui.

A CF diz com clareza: "A descoberta da vida, a abertura vivencial para o outro, a partilha fraterna, a alegria e a gratidão de viver e doar a vida pelos irmãos serão sempre a marca das nossas comunidades cristãs". Em verdade, confiamos que esta Campanha consiga despertar nas comunidades ativas da nossa Igreja estas realidades e as ajude a partir para uma melhoria das condições de vida, em todos os níveis. Tudo isso é sensibilização evangélica, capacidade de perceber, analisar, medir forças, questionar e partir para a luta.

Dentro desta visão evangélica, porém, sobressai um aspecto: a palavra de Cristo que soa como uma afirmação heróica que ele viveu e um desafio sem tamanho que ele lança aos seus seguidores: não há maior amor do que aquele que se imola pelos amigos. Não pede ele um pedaço da vida, migalhas da vida, sobras da vida, pede simples-

mente a vida toda, tal como o fez ele. Esta realidade enraíza-se na Vida Religiosa, onde a palavra "vida" assume o pleno significado. O Religioso é convidado a descobrir a vida em toda sua força e valor, e orientá-la para os verdadeiros valores que o Evangelho coloca como básicos para quem se propõe a atingir a verdadeira vida. O Religioso é iluminado para colocar esta vida a serviço, pois, é exatamente esta nota que explica e valoriza a consagração religiosa. Mesmo aquele que escolhe a solidão de um Mosteiro o faz queimado pelo outro, na doação pelos outros, para que o amor de Deus se possa explicitar na vida diária e, assim, possa revitalizar a escolha e levar a uma vivência sempre mais realizadora de batizado. Ser monge não é entrar na elite espiritual do distanciamento ou na ala intelectual da Igreja, centrando-se no cuidado de conservar a "pureza da terminologia tradicional" ou salvaguardar a "sagrada tradição", conservando vivas as "escolas". Ser Monje ou Monja é abraçar aquele deserto de Cristo, onde a solidariedade fecunda a solidão e evita que o homem seja um solitário egoísta. É um afastamento engajante. Quanto mais refletido e lúcido for este afastamento, mais imperiosa tornase a função eclesial de estabelecer um só corpo sob as ordens de um só Mestre e mais o contemplativo se torna um misterioso cola-tudo do Corpo de Cristo espalhado entre as ambigüidades da história. A propósito gostaríamos de citar J. Aubry: "Graças à sua consagração particular a Deus e à profissão dos conselhos evangélicos, os religiosos tendem a desenvolver em si mesmos a caridade... Como seria possível amar intensamente a Cristo sem ter um desejo eficaz de impedir que sua redenção seja vã para um tão grande número de homens?... Como seria possível amar intensamente o Pai sem trabalhar, mais do que os outros, para que seu Nome seja santificado, para que seu Reino se estenda, para que sua vontade seja feita sobre a terra, por todos?" (4)

Aliás, os Documentos da Igreja, mormente a partir do Vaticano II, constantemente, de modo particular nas Constituições sobre a Vida Religiosa, apelam para a responsabilidade apostólica dos religiosos, vale dizer, para a sua realidade no meio da Igreja, onde devem viver um amor oblativo de toda a sua vida, para que a Igreja possa renascer, sempre forte e bela, não obstante os campos devastados da decomposição histórica. João Paulo II, com vigor, apela para esta função vital do religioso dentro da Igreja. Assim, na já citada exortação às famílias diz que os religiosos são testemunhas daquela caridade universal que, por meio da castidade abraçada pelo Reino dos céus, os torna sempre mais disponíveis para se dedicarem generosamente ao serviço divino e às obras do apostolado (5). O Cardeal Pirônio, em sua conferência, aos Religiosos, no Rio de Janeiro, apresentou três características da Vida Religiosa: "toda a vida religiosa creio que tem estas três características: uma vida profundamente cristã, uma vida eclesial e uma vida histórica concreta" (6). Além disso, dizemos que "o Reli-

gioso, pelo seu modo de aparecer no mundo, pelo seu hábito e linguajar se inscreve vastamente ainda dentro dos sinais sacros:... Ser sinal escatológico significa para o religioso viver a realidade secular com aquela alegria e, ao mesmo tempo, desprendimento de quem já sabe que este velho mundo será por Deus transformado em novo e que ele em si mesmo possui consistência relativa" (7). Aprofunda este pensamento João Paulo II, na citada Exortação às famílias, quando fala do matrimônio e da virgindade, no no 16: "Na virgindade, o homem está inclusive corporalmente em atitude de espera, pelas núpcias escatológicas de Cristo com a Igreja, dando-se integralmente à Igreja, na esperança de que Cristo se lhe doe na plena verdade da vida eterna. A pessoa virgem antecipa, assim, na sua carne, o mundo novo da ressurreição futura".

Assim, nós que começamos este artigo com uma profissão de fé na vida, o terminamos com uma profissão de fé na vida eterna, verdade que ilumina a vida, com todos seus enigmas e sobressaltos, com suas maravilhosas realizações e dolorosas decepções. Quebram-se todos os limites, e como Santo Inácio de Antioquia, lá no fundo do século II do Cristianismo, fazemos nossa a síntese de sua felicidade, às vésperas de ser martirizado, de entregar sua vida em testemunho de uma fé: "Quando chegar lá em cima é que, então, serei verdadeiramente homem", vale dizer, terei realizado o dom da vida em toda sua portentosa plenificação...

NOTAS

(1) Familiaris Consortio, Ed. Paulinas, nº 28. (2) ld. ib., nº 16. (3) Eros e Repressão, Edit. Vozes 73, p. 28.

(4) Teologia da Vida Religiosa, Editorial D. Bosco, S. Paulo 1971, p. 54. (5) Familiaris consortio, nº 74. (6) Cfr. Convergência, dez. 83, p. 593. (7) Vida Segundo o Espírito, L. Boff, Edit. Vozes 1982, p. 146.

DUAS PERGUNTAS

1. Por que qualquer agrupamento humano cria tensões?

Aponto duas possíveis razões. Uma, mais aparente. Outra, tanto mais real quanto mais difícil de percepção. A diversidade é inevitável no agrupamento humano, seja ele a família, a comunidade, ou qualquer outro tipo societário. Diversidade de idade, diversidade de experiência, diversidade de estudos, de educação, de cultura, de opiniões, de maturidade psicológica, de status social e econômico... A interação dos membros do grupo, assim diversificados, necessariamente torna-se nascedouro de tensões. É conatural a todo grupo humano a realidade do conflito. A segunda razão é a dialética interna de grupo, ou seja, de um lado, a necessidade de união com vistas a um objetivo comum que supera a capacidade pessoal e, de outro, o requerido respeito a cada pessoa, aos seus valores e à sua individuação.

2. É possível conciliar estes dois pólos da dialética comunitária?

A resposta que Você procura está à página 83 desta revista. Leia, com atenção, do começo ao fim, "Elementos para a animação da comunidade religiosa". Em todo grupo — a comunidade religiosa não escapa à esta constatação — está implícita esta dualidade: as exigências dos MEMBROS do grupo que devem ser eles mesmos e as exigências do GRUPO que implica unidade. É uma constatação linear. Difícil é a conciliação. Atender prioritariamente às exigências psicológicas dos membros ou às exigências da totalidade? Como ser pessoa individual sem ser individualista? Como fazer comunidade sem se perder no comunitarismo, na uniformidade, na despersonalização? Leia, como disse, à página 83. Você vai gostar (Pe. Marcos de Lima, SDB).

ELEMENTOS PARA A ANIMAÇÃO DA COMUNIDADE RELIGIOSA

Toda vida verdadeira é encontro. Na relação interpessoal, o ser humano desenvolve sua personalidade e adquire sua identidade.

Pe. Javier CERDA, SSCC

A animação da comunidade partindo da perspectiva das pessoas e dos grupos

A animação como serviço não pode ser entendida sem uma clara referência ao que é servido, ao fenômeno das pessoas e dos grupos, com
todas as suas complexidades e seus
dinamismos. Um famoso psicólogo
das organizações, Lippitt, referindose aos agentes de mudança em uma
organização afirma o seguinte: "O
que há de primordial para as pessoas que tentam mudar a conduta de
outros ou solucionar um problema
complexo são as motivações do pessoal comprometido. É um imperativo considerar tanto as necessidades

Nota da tradutora, Irmã Isabel Fontes Leal Ferreira: Este artigo transcreve algumas palestras que o autor fez para um grupo de animadoras de comunidade, em CON-FERRE.

quanto as percepções das pessoas mediante uma análise da situação de mudança". Justamente nesta primeira parte, interessa-me enunciar alguns destes dinamismos e, concretamente, dois que Lippitt destaca: as motivações das pessoas e as percepções das pessoas e dos grupos. Em seguida, falaremos algo sobre a relação ou a tensão entre a pessoa e o grupo, entre a pessoa e a organização. Acho que estes fenômenos, como o da motivação, o da percepção e o da tensão entre a pessoa e o grupo são alguns dos dinamismos que estão sempre muito presentes em todo grupo humano, e em toda pessoa, e que, por isso, têm uma forte implicação também em nossa experiência de ser comunidade de irmãos. Eles deveriam ser elementos que teriam que ser levados em conta por parte das animadoras.

Enfoque partindo das motivações

A motivação em psicologia relaciona-se com a necessidade existen-

te no ser humano, e que o leva a entrar em relação com seu meio. Philips Lersch aponta o lugar proeminente que têm as motivações no circuito funcional da vivência: a necessidade, a motivação, faz que o sujeito entre em contato com seu meio, que o perceba de determinada maneira, que reaja diante dele com determinada vivência afetiva e que se comporte para tanto, diante deste meio, de determinada maneira. Poderíamos descrever a motivação como um fenômeno dinâmico que desempenha o papel de móvel da conduta humana. Esta força pode originar-se de fatores internos, externos ou em decorrência de ambos os fatores, e mobilizam o sujeito para um fim a ser conseguido, que é experimentado por ele como significativo e gratificante.

O estudo da motivação ocupa uma posição central no estudo da psicologia da personalidade. Daí a multiplicidade de teorias de um lado, e, de outro, a dificuldade devida ao fato de que, apesar de tratar-se de um conceito tão importante e tão estudado, continua sendo — eu ousaria dizer — um dos mais confusos e indeterminados neste campo da psicologia. Eu não quereria criar confusão, nem enveredar por uma discussão ou por um esclarecimento sob o ponto de vista das diferentes teorias neste sentido; algumas delas acentuam as explicações de caráter fisiológico, outras procuram respostas por meio de conceitos tais como: impulsos, instintos, forças inconscientes. Algumas teorias acentuam a motivação, tomando o aspecto dos fatores externos responsáveis pelo

comportamento; o homem seria um ser condicionado por elementos de fora, pelo seu meio. Outras procuram explicações partindo de estímulos muito mais internos ou históricos e o ser humano estaria também bastante condicionado pela sua própria história, pela sua própria aprendizagem. São inúmeras as posições diferentes, algumas mais deterministas, mais mecanicistas e reducionistas como as chama Puebla.

Muitos destes enfoques não são capazes de dar uma explicação total sobre o comportamento humano, principalmente se, como cristãos, aceitarmos níveis superiores de comportamento nos quais ocupa importante lugar a razão, a vontade, a intencionalidade, não só em face de objetos, mas ainda de valores significativos e de realidades transcendentes. Isto não quer dizer, porém, que possamos desconhecer os determinantes internos e externos assinalados por posições anteriores, embora junto com muitas teorias se tenham desenrolado sistemas psicológicos em que a motivação é considerada com bases mais complexas; sobretudo quando se atribuem à motivação a capacidade de orientar a conduta, um caráter teleológico com que se restabelece a liberdade, podendo nós, assim, esclarecer, do ponto de vista cristão, a conduta superior ou ética que é inexplicável por mera casualidade. A necessidade e a liberdade coexistem, e só a partir desta tensão podemos falar de uma conduta "responsável". Marciano Vidal afirma com precisão: "A liberdade humana é uma liberdade situada, encarnada, uma liberdade que deve ser

entendida na tensão entre determinismo e indeterminismo". Sabemos que, nesta última posição psicológica, nós nos defrontamos com a psicologia humanista. Um de seus criadores, Abraham Maslow, elaborou toda uma explicação afirmando que toda pessoa vive em um contexto de hierarquia de necessidades que abrange seus desejos e suas potencialidades. Dentro desta hierarquia que Maslow enuncia, na ordem das necessidades, ele coloca cinco níveis:

Num primeiro nível mais elementar, situam-se as necessidades primárias, necessidades fisiológicas do ser humano, necessidades de sobrevivência: comer, dormir; em seguida, numa escala superior, ele coloca as necessidades de segurança e de proteção. Não basta comer, não basta dormir, necessitamos um teto, necessitamos de um mínimo de satisfações do tipo de "segurança pessoal". Em um terceiro nível de necessidades, ele coloca as necessidades que alguns chamam de sociais, as necessidades de pertença: o ser humano precisa sentir-se membro de, parte de um grupo humano. Em quarto lugar, enuncia as necessidades de auto-estima e de autodomínio: não nos basta pertencermos a... Dentro desta pertença, o ser humano precisa sentir-se capaz de ter um mínimo de auto-estima. Finalmente, para Maslow, no ápice desta pirâmide de necessidades, situa-se o que ele chama de necessidades de atualização ou de auto-realização. Sem me deter primordialmente na teoria de Maslow, acho que todos nós percebemos que, para ele, pelo menos num primeiro momento de sua posi-

ção, as necessidades têm uma certa relação de graduação. As necessidades básicas, quando não satisfeitas, levam o ser humano a ver o mundo de modo diferente e a se comportar muito condicionado por elas, isto é, pelo desejo compulsório de satisfazer o nível — no caso lesado — de suas necessidades. Por exemplo, o homem com fome há de encarar o mundo segundo a perspectiva de encontrar algo que lhe satisfaça esta necessidade de fome. Uma vez satisfeito um nível de necessidades, abre-se diante da pessoa o nível superior seguinte. Se já tenho o alimento garantido, procurarei, tentarei satisfazer — e até lutarei por isto --- minhas necessidades de segurança e de proteção, e assim por diante.

Justamente um dos postulados básicos da psicologia humanista, dentro deste contexto das necessidades, é o que afirma que o organismo humano está continuamente sujeito a uma tendência atualizante ou atualizadora que o impele para a plena realização de si mesmo. Esta tendência atualizadora permite ao indivíduo considerar o meio e as normas exteriores em um constante processo de auto-regulagem. Isto significa que, atendidos os níveis básicos de necessidade, que em geral na Vida Religiosa parecem estar assegurados, poderíamos situar o religioso no condicionamento que lhe permita realizar plenamente suas necessidades de atualização, de auto-realização. Pelo menos, nós, aqui, vamos partir deste a priori. Muitas vezes, certas dificuldades que ocorrem na Vida Religiosa podem ser sequelas ou experiências atuais de necessida-

des anteriores que não foram ou não estão sendo satisfeitas, e isto gera uma série de consequências para a pessoa. Vamos supor, por assim dizer, que uma pessoa esteja em condições de ter satisfeitos seus níveis anteriores de necessidades, e depois vamos perguntar-nos de que tem necessidade, psicologicamente falando, uma pessoa para realizar-se plenamente, para exercitar em grau máximo todo o potencial interior que possui em si mesma, para ser feliz e para dar o melhor de si mesma. De que tem necessidade tal pessoa? E, como já vimos com algumas de vocês a resposta que a psicologia humanista dá neste caso, podemos resumi-la seguindo um psicólogo canadense em três elementos:

--- A necessidade que a pessoa tem de amar e de ser amada. A necessidade que a pessoa tem de produzir e de ser útil. A necessidade que a pessoa tem de compreender. Deter-me-ei brevemente em cada uma destas necessidades.

A necessidade de amar e de ser amado

O fato fundamental da existência, afirma o filósofo Martín Buber, não é o indivíduo sozinho, nem a totalidade dos homens, mas o homem com o homem. É o mesmo filósofo Buber quem afirma: "Realizo-me em contato com o tu. Ao voltar-me, digo: Tu. Toda vida verdadeira é encontro; na relação interpessoal, o ser humano desenvolve sua personalidade e adquire sua identidade. Na interação com o outro, aprende a dizer: Eu". Estas afirmações de tipo

psicológico adquirem uma realidade profunda em nossa experiência quotidiana. Um extenso conjunto de comportamentos de todas as pessoas encontra seu significado no fato de que temos necessidade de amar e de ser amados para nos realizarmos, para realizar a nossa vida, a nossa potencialidade. Esta necessidade está diretamente ligada ao terreno afetivo e a resposta a esta necessidade se torna real cada vez que nos sentimos amados por alguém, de um lado, ou quando experimentamos afeto por alguém, do outro lado. Assim, todo ser humano tem necessidade, para poder realizar-se, de sentirse amado e de sentir que ama outras pessoas. Ao afirmar que a necessidade de amar e de ser amado é uma necessidade fundamental, queremos dizer que seria impossível uma pessoa realizar-se plenamente se não tivesse as condições ou não criasse as condições que lhe permitissem corresponder a tal necessidade. Ao apresentar a necessidade de amor como uma das necessidades fundamentais, afirmamos também que ela se encontra em toda pessoa psicologicamente sadia. Há certas modalidades de amor que podem ser transitórias e estar ligadas a determinada idade, mas a necessidade de amar e de ser amado será sempre um dos grandes componentes do agir humano.

Como veremos a seguir, a comunidade religiosa deverá ser um lugar adequado para a realização desta necessidade fundamental. Por isto falamos da dimensão de afeto que, no plano teológico, traduzimos como caridade e fraternidade. O amor, como supremo mandamento evangélico, traduz-se na comunidade religiosa sob a forma especial de um amor de castidade que implicará modalidades específicas de realização desta necessidade de amar e de ser amado.

A necessidade de produzir e de ser útil

Freud afirmava que um homem sadio era aquele capaz de amar e de trabalhar. A segunda necessidade, tão fundamental quanto a primeira, é a necessidade de produzir. É na subjetividade de cada um que se manifesta de que modo o desejo de sentir-se útil a alguma coisa ou a alguém, o desejo de construir, de criar, isto é, de canalizar as próprias energias psicológicas e físicas para uma tarefa significativa. A afirmação de Freud que citávamos sublinha a necessidade de amar já mencionada e ainda esta necessidade de produzir de que estamos falando agora. Com efeito, o homem, por meio de seu trabalho, de sua tarefa, corresponde frequentemente à sua necessidade de produzir para poder realizar-se. O indivíduo deve, pois, estabelecer condições de trabalho que lhe permitam sentir-se útil e competente. Várias dificuldades psicológicas provêm do fato de termos forçado alguns indivíduos na Vida Religiosa a empreenderem tarefas para as quais não haviam nascido ou não se achavam capacitados. Talvez, em muitos casos a tendência à apatia seja um sinal de falta de motivação proveniente do fato de que o indivíduo não possui as condições requeridas para realizar sua capacidade criadora. O fato de unir

o trabalho ou qualquer forma de produtividade a uma necessidade fundamental da pessoa leva a supor que a realização de si mesmo se torna impossível sem se comprometer de algum modo numa atividade significativa. Como no caso do amor, as modalidades aqui poderão variar até o infinito, o mesmo acontecendo com a importância que cada pessoa dá ao seu trabalho. Assim como há pessoas que, na auto-realização, dão prioridade à necessidade de amar e de serem amadas, outras, por causa de sua personalidade ou por temperamento, dão primazia à sua necessidade de produzir. Nossa dimensão de produção, em termos de fé e de Vida Religiosa, refere-se ao fator da missão, do serviço que ela implica, o apostolado, e deverá traduzir-se em um espaço em que cada membro da comunidade possa realizar sua necessidade fundamental de produção, inserindo-se numa tarefa significativa para ele e para outros.

A necessidade de compreender

Para que uma pessoa se realize plenamente não basta que ame e produza; precisa também dar sentido ao que a cerca e ao que sucede com ela mesma. Victor Frankl, o famoso psiquiatra vienense, designa esta necessidade, que aqui apresentamos como outra necessidade fundamental, por meio da expressão inglesa "man's search for meaning" (a busca de sentido por parte do homem).

Falaremos aqui da necessidade de compreender, isto é, da atividade

que consiste em dar sentido às coisas, às pessoas e aos acontecimentos. A necessidade de compreender não se situa unicamente a nível racional e não se satisfaz necessariamente com as leis da lógica. Dar sentido aos acontecimentos e à própria existência significa escapar do absurdo aparente dos fenômenos de que sou consciente. Para realizarme plenamente, devo, pois, corresponder a esta necessidade de compreender, chegar a ser capaz de dar sentido aos acontecimentos e ao agir humano. As formas de dar sentido também variam infinitamente. Toda filosofia e toda ciência pode, de alguma forma, ser considerada como um esforço contínuo para corresponder a esta necessidade de compreender. Os esforços do homem para corresponder a esta necessidade fundamental são inúmeros, e um testemunho deles reside na multiplicidade de ideologias e de religiões. Esta necessidade é tal que, mesmo diante da incapacidade de dar sentido à existência, o homem chegou a desenvolver uma filosofia do absur-Como vocês devem saber, Frankl considera a neurose de hoje exatamente como uma incapacidade de dar sentido à própria existência; a neurose seria o comportamento que brota da dificuldade ou da impossibilidade de dar sentido a nossa própria experiência humana.

Rigorosamente falando, poderíamos situar a necessidade religiosa no prolongamento destas três necessidades. Entendo como necessidade religiosa a que uma pessoa experimenta ao estabelecer uma relação significativa com um ser transcen-

dente, capaz de corresponder, de maneira absoluta, a estas necessidades fundamentais de auto-realização. Não obstante, também podemos localizar esta necessidade religiosa na necessidade de compreender e de dar sentido à existência, onde se encontra sua raiz intima. Quando a pessoa sente, em sua subjetividade, de um lado uma necessidade infinita de amor, de produtividade e de compreensão, e, de outro, a impossibilidade concreta de dar resposta a estas necessidades, ela recebe favoravelmente a palavra chamada "revelada", que lhe apresenta simultaneamente um Deus-Amor, capaz de satisfazer plenamente sua necessidade de amar e de ser amada; um Deus-Providência, que garanta a orientação positiva das forças cósmicas e psicológicas para a construção de um mundo melhor, e um Deus-Verdade, que dá sentido ao aparente absurdo do sofrimento, da culpa e da morte.

Estas dimensões — que acabamos de abordar — da necessidade de realização de um ser humano, podemos ver manifestadas também em certas dimensões que aparecem em todo grupo ou organização. Costumam-se distinguir, dentro da análise dos grupos e das organizações, três aspectos ou dimensões básicas e permanentes: a cultura grupal ou organizacional, o aspecto sócio-emocional dentro do grupo e o aspecto de tarefa ou de produtividade do grupo. Como logo se evidencia, estas três dimensões do grupo mostram-se estreitamente vinculadas às dimensões de compreensão, de afeto e de produção respectivamente.

Também há uma relação das dimensões de que estamos falando com a fé, tal como se apresenta no Novo Testamento, e que nos parece muito significativa. A fé no Novo Testamento pode ser resumida como uma Koinonia com o Pai, com Cristo e com o Espírito Santo, e como uma koinonia com os irmãos: a koinonia vertical, a fé, e a koinonia horizontal, o amor fraterno. Ambas acham-se sempre profundamente ligadas no Novo Testamento. E a tal ponto que São João insiste em dizer que "é mentiroso quem diz amar a Deus que não vê, e não ama seu irmão que vê". Comunhão com Deus e com o irmão, amor a Deus e ao irmão parecem ser uma só coisa. Mas esta fé no Novo Testamento tem sua dimensão de diaconia, como tarefa que surge do dom do amor de Deus e que compromete a pessoa na tarefa de construção do reino de Deus na história. Portanto, a fé, como forma de vida, como estilo de vida, e principalmente esta fé encarnada na Vida Religiosa, surge como uma resposta às três necessidades fundamentais de realização, de autorealização. Na Koinonia vertical, na fé, a pessoa encontra uma resposta para a necessidade de compreensão, encontra o que dá sentido à vida, à nossa existência; na koinonia horizontal encontra uma resposta para a necessidade de amar e de ser amada, a fraternidade; e na diaconia encontra uma resposta para a necessidade de produzir, encontra a dimensão da missão, do serviço. A comunidade religiosa, neste sentido, é o lugar, o meio, onde tais necessidades de realização que a pessoa humana sente devem encontrar seu es-

paço propício e idealmente seu desenvolvimento pleno. Nesta linha, a nível da comunidade, o amar e o ser amado significam viver a experiência de uma comunidade de vida onde somos irmãos, onde nos podemos querer, onde podemos dialogar, ser ouvidos; a dimensão de produção, a de nos sentirmos úteis, significa, na comunidade religiosa, uma missão compartilhada, participada, a comunidade apostólica, que, em comum e corresponsavelmente, assume esta presença e este serviço junto aos homens e ao mundo; a dimensão de compreensão significa, na comunidade religiosa, comunidade de fé, comunidade onde o Pai está presente no meio de nós, onde podemos compartilhar nosso crescimento comum — espiritual e interior.

Esta perspectiva motivacional que esboçamos — creio eu — dá-nos um primeiro enfoque dos dinamismos que se acham em jogo nas pessoas e nas comunidades e, ao mesmo tempo, são um aspecto que deve ser assumido na tarefa de animação da Vida Religiosa, tanto a nível de comunidade local, quanto a nível de comunidade provincial. A animação terá que procurar criar, favorecer as condições que possibilitem tanto a cada pessoa em si quanto aos grupos, às comunidades, o desenvolvimento e a realização de seu potencial, de sua capacidade de amar e de ser amada, de produzir e de compreender, de dar sentido à própria existência. Este primeiro enfoque, acho que fica aberto. Penso, porém, que ele nos permite encontrar ou questionar muitas tarefas mais concretas e específicas a que a animadora de uma comunidade deverá estar atenta, tanto na animação da fé (a dimensão de compreensão: pode ser chamada de espiritualidade própria, de carisma congregacional, de formas específicas de entender, de dar sentido à nossa vocação e à nossa vida), quanto na animação da capacidade de cada irmão ou irmã da comunidade, a fim de que prestem seus serviços aos outros, de que ponham suas potencialidades pessoais e seus carismas, e na animação do cuidado, do enriquecimento e do aprofundamento do encontro fraterno.

Enfoque baseado na tensão entre Pessoa e Grupo

Como todos nós sabemos, o agrupamento de pessoas com vistas a um objetivo comum necessariamente é fonte de tensões, devido à interação que se produz entre a diversidade de pareceres, diversidade de graus de maturidade, diversidade de experiências passadas, diversidade de educação, diversidade cultural... Esta diversidade inevitável é geradora de tensão, e esta tensão poderá resolver-se de diferentes maneiras em um grupo. Alguns grupos resolvem-na de fora para dentro, isto é, recorrendo a uma autoridade forte que impõe metas, especialmente no plano das tarefas, o que de certo modo impede que se enfrentem com realismo as diferenças. Outros grupos poderão enfrentar estas diferenças de dentro para fora, através de um processo dinâmico e paulatino de interação, de diálogo.

A comunidade religiosa não deixa de ser, como grupo humano, uma
realidade conflitiva e o importante,
tanto para as pessoas quanto para
os grupos, não está em não haver
conflitos, como muitas vezes pensamos, mas antes no modo como os
enfrentamos. É exatamente aí que
se mede o espírito evangélico. A
Comunidade religiosa, por ser o que
é e pelo tipo de pertença que implica para seus membros, deve resolver — assim me parece — suas
tensões primordialmente "de dentro
para fora".

Além disto, porém, entrando no problema um pouco mais profundamente, qualquer comunidade é conflitiva porque sua verdade, seu problema de fundo, reside de um lado na união, e de outro na diferenciação: considerando a comunidade religiosa, esta deve de alguma maneira afirmar os valores do eu pessoal de cada religioso, respeitar cada pessoa como tal, e também deve afirmar os valores do tu e, portanto, do nós: o sentido de ser comumunião. Como conciliar, então, estes dois gêneros de exigências: as dos membros do grupo que devem ser eles mesmos, e as do grupo que exige unidade? Em todo grupo existe esta dualidade implícita e podemos perguntar-nos: é melhor agir prioritariamente segundo as exigências psicológicas dos membros do grupo ou segundo as exigências da totalidade? É melhor cada pessoa ser ela própria ou ser número do grupo? Numa palavra: como ser pessoa individual sem ser individualista? E como fazer comunidade sem se perder no comunitarismo, na uniformidade, na despersonalização? Acho

que, com tudo isto, fica bem claro o enunciado da tensão a que aludo.

Este problema comunitário parece-me semelhante ao que tem de
enfrentar cada pessoa, em sua evolução normal. Na medida em que
passamos de crianças para adultos,
devemos evoluir pouco a pouco de
uma completa dependência (da
mãe, do mundo externo...) para
uma situação de maior autonomia e
interiorização da própria existência.

Assim enunciado o problema, eu gostaria de destacar as condições que deve ter a pessoa, o religioso, para poder resolver esta tensão.

Condições do religioso para enfrentar a tensão

Acho que em cada membro de uma comunidade religiosa devem existir dois pré-requisitos: de um lado, o que eu chamaria de "sentido de pertença" à comunidade, e, de outro, "sentido de individuação". Quando faltam estes requisitos, corre-se o risco de entrar em um campo de batalha dentro da comunidade, em uma luta pelo poder e, positivamente, nisto há o grande perigo de acabar vencendo o mais forte e, portanto, perdendo a comunidade.

A que me refiro quando falo de "sentido de pertença" como prérequisito para cada religioso? O
fato de pertencer a um determinado
grupo diz à pessoa algo de si mesma, é algo que a pessoa leva sempre
consigo e é algo que, de certa maneira, como já vimos ao abordar o
tema anterior, satisfaz uma necessidade, a necessidade de pertencer,

de pertença e de auto-estima. Pela vocação, pelo compromisso com esta vocação que recebi do Senhor, passo a ser membro de..., parte de... uma comunidade. Isto faz parte da identidade pessoal; é o que nos dá o nosso nome específico um aposto, um vocativo, um apelido talvez —, o sobrenome que trazemos; falando em termos vulgares, é como que uma marca de fábrica que nos vincula a uma determinada família religiosa, ao seu estilo, ao seu passado, ao seu espírito característico (você é Franciscana, a outra é do Sagrado Coração, a outra é Carmelita...). Este aposto que trazemos deve levar-nos a experimentar interiormente, com intensidade, a pertença e, portanto, a fidelidade a uma família concreta a que estamos vinculados e que, de certo modo, faz parte de nossa própria identidade. A comunidade, para o religioso, não é só um grupo de "referência", mas deve ser seu grupo de "pertença".

Por outro lado, falei do "sentido de individuação" como segundo requisito complementar, para resolver a tensão entre pessoa e grupo. Parece-me que não basta sentir-se membro de um grupo: na pertença a um grupo humano, e principalmente para a vida religiosa, é necessário também que a pessoa sinta que possui um nome próprio, não bastam um aposto ou um pré-nome; é necessário experimentar pouco a pouco, na medida em que crescemos interiormente, uma individualidade bem precisa, diferente da dos outros membros do grupo. De certa maneira, somos semelhantes na comunidade, mas cada um "é" de maneira característica, é um membro
comunitário com um nome próprio.
Penso que aqui tocamos na necessidade de nos realizarmos, da qual já
falamos: necessitamos de experimentar na comunidade, de forma
pessoal, esta exigência, que vive
dentro de nós, de amarmos e de
sermos amados, de sermos úteis, de
darmos sentido à nossa existência,
de encontrarmos o nosso centro
pessoal, a maneira de ser específica
e característica de cada um de nós.

Acho que este aspecto da individuação, nos últimos 20 anos na Vida Religiosa, sobressaiu mais por vários motivos. Um deles foi simplesmente a passagem dos conventos massificadores, onde mais importavam a norma, a regularidade, a "pertença", para as comunidades pequenas que ressaltam e valorizam mais a diversidade e, por conseguinte, a individualidade de cada membro. As diferenças existentes entre 3, 4 ou 5 irmãos se tornam mais cruamente visíveis numa comunidade pequena, embora este número reduzido contribua igualmente para dar margem a melhor expressão e a maior consciência por parte de cada pessoa, a uma maior individualidade.

Quando digo "individualidade" desejo insistir no fato de que não quero dizer individualismo, e quando digo "pertença" não pretendo dizer alienação. Para evitar o individualismo e o comunitarismo, é necessário que a pessoa tenha claro, em si mesma, tanto este sentido de pertença quanto o de individuação. Parece-me serem estes os dois

pressupostos para enfrentar de modo realista todo o problema da vida comum e, portanto, igualmente o problema da tensão entre a pessoa e o grupo, que estou tentando apresentar-lhes.

Na antiguidade que conhecemos por experiência, certamente a Vida Religiosa acentuou mais o sentido de pertença em detrimento do sentido de individuação e isto marcou profundamente muitas pessoas. Hoje em dia, penso que estamos tentando ajustar as duas dimensões e um dos sinais disto é o enfoque que assume a formação inicial em muitas Congregações: o jovem ou a jovem não é submetido a um processo de mera "padronização institucional", mas já se procura uma adaptação a cada pessoa, adaptação que valorize seu crescimento, ao mesmo tempo que se exigem a descoberta, o cuidado e o compromisso com o bem comum. Nesta busca de ajustamento dentro da Vida Religiosa, é provável que nem tudo tenha sido muito equilibrado: é provável que a mudança de acento tenha permitido a emergência de excessos de individualismos, uma certa dispersão... Não obstante, busca-se uma fidelidade que leve as comunidades a uma experiência mais madura e amadurecedora.

Uma comunidade de indivíduos sem o sentido de pertença levará cada pessoa a seguir suas próprias solicitações narcisistas e a não amadurecer vocacionalmente. E uma comunidade em que as pessoas não têm um sentido de individuação pode levar ao coletivismo, procurando no grupo uma tentativa equívoca

de se sentirem pessoas. Dentro desta perspectiva, seria possível analisar problemas mais específicos de imaturidade ou psicopatológicos, desvios tanto de maturidade vocacional quanto de personalidade. Este, porém, não é o nosso objetivo.

Condições para o grupo enfrentar a tensão

Dentro desta perspectiva da tensão pessoa-grupo, devemos focalizar a comunidade como um ambiente que pode orientar e favorecer o crescimento e a maturidade pessoal e vocacional, mas não necessariamente causá-la ou produzi-la por si mesma. Apesar de esta hipótese poder parecer um pouco impopular, acho que na Igreja e na Vida Religiosa temos valorizado, com muita verdade e fundamento, a importância da comunidade. Mas acho também que corremos o risco de pensar que basta "fazer a comunidade", no sentido de acentuar a "convivência", para que tudo se realize. Tomando a hipótese de um psicólogo-sacerdote italiano, acho que a comunidade é o ambiente que dispõe e favorece o crescimento e a maturidade de cada pessoa, mas que não a causa automaticamente: ninguém chega a ser cristão "eficaz" só porque pertence a um grupo ou nele vive. O que causa a maturidade vocacional e cristã é a capacidade intrapsíquica de interiorizar os valores, a decisão livre e pessoal de moldar todo o nosso comportamento com base em valores e não em requisitos sociais ou em castigos-prêmios. Esta capacidade depende não só da atmosfera do grupo, mas também da disposição interna da pessoa.

Neste sentido, a comunidade religiosa tem como tarefa oferecer uma oportunidade e um estímulo para o crescimento: a comunidade esclarece valores, a comunidade acentua e reanima o atrativo destes valores, a comunidade ajuda seus membros a encarnar tais valores, a comunidade reafirma as motivações da ação, a comunidade dispõe para a responsabilidade. Neste sentido, a comunidade deve ser um espaço personalizador, apesar de a responsabilidade ser um salto qualitativo que só pode provir do íntimo da pessoa, uma resposta interior, livre e responsável, diante do Senhor atitude que não pode ser delegada a outrem.

Para oferecer esta oportunidade e este estímulo ao crescimento, o grupo requer uma condição: conter em si valores, valores objetivos, e basear-se na vontade de perseguilos. Um exemplo típico que evidencia o que digo parece-me ser o da comunidade primitiva. Qual era a força desta comunidade? Parece-me que não era apenas o fato de estarem juntos, de se conhecerem, de se quererem, coisas que em si eram muito importantes. Mas havia nessa época comunidades pagãs que eram muito experientes na arte comunitária. A força desta comunidade primitiva residia na aceitação do fato de Cristo morto e ressuscitado, e na consequência disto: o ser ele a imagem da glória do Pai. Se não tivesse havido esta motivação, talvez os primeiros cristãos tivessem

sido conformistas e não tivessem constituído uma Igreja do martírio.

Apresentei requisitos tanto por parte das pessoas quanto por parte da comunidade, requisitos necessários para se fazer frente à inevitável tensão entre pessoa e grupo. Acho que, quando não existem os elementos que destaquei, nossos planos de estruturas e de formas comunitárias novas podem ser penosamente estéreis e, cedo ou tarde, reaparecerão a rivalidade, a luta pelo poder, as tensões diversas, etc. Daí a necessidade de que a animação da comunidade se vá transformando em uma função de "educação de pessoas". Penso que esta perspectiva deveria orientar o esclarecimento do papel da animação: um esforço que ajude a aprofundar a própria identidade religiosa e humana por parte da comunidade como grupo e por parte de cada membro da comunidade como pessoa. Poderá parecer um pouco utópico, ou algo excessivamente exigente para a animadora, mas, dentro da perspectiva segundo a qual estamos abordando o tema, pareceme que a animação da comunidade tem que ter presente a tensão essencial a que aludimos e facilitar a emergência dos requisitos apresentados como condição para o crescimento pessoal e comunitário. A animação da comunidade deve ser uma ocasião para se resolver esta tensão.

Confronto realista com o conflito

Partindo da base que é conatural a todo grupo humano, a realidade do conflito, o desafio para a comunidade religiosa será o modo de enfrentá-lo sadia e evangelicamente.

Alguns conflitos suscitados na comunidade, a partir da tensão assinalada, serão facilmente superáveis. Por exemplo, o fato de as pessoas terem de entrar num acordo sobre a hora de se levantarem para realizar uma determinada atividade. Neste caso, não se trata de uma decisão fundamental; poderá haver discussão, diferenças de opiniões; não obstante, depois de tomada a decisão, tudo volta normalmente à calma, a tensão cede, pelo menos temporariamente.

No entanto, em nossas comunidades, diariamente, há outros níveis e outros tipos de conflitos que implicam uma mudança mais significativa na vida da comunidade, mudanças de papel ou de trabalho, mudanças das normas ou estilos de vida, confronto de rancores ou de problemas pessoais e interpessoais, etc. Nestes casos, é mais fácil que a discussão se torne mais calorosa, mais veemente: uma se sentirá ameaçada pelo ponto em questão, outra acusará uma irmã ou o grupo em face do conteúdo da discussão, uma outra se fechará em si mesma, ao passo que outra estará de acordo com o que foi proposto, e assim por diante. É daí que vem a dificuldade de enfrentar cristamente o conflito, a maneira de conciliar os requisitos e as necessidades com as posições, as concepções e as necessidades de cada membro. O modo de enfrentar tal conflito, muitas vezes, pode ser inadequado, e a comunidade poderá recorrer a um dos muitos mecanismos que impedem sua solução verdadeira.

Quisera deter-me, agora, nas formas negativas de se enfrentarem os conflitos. Pergunto: Como não se deve enfrentar o conflito em uma comunidade? Ou mais concretamente: Que mecanismos negativos costumamos usar para enfrentar as tensões? É desnecessário dizer que, inúmeras vezes, a maneira inadequada de se enfrentar o conflito reside simplesmente no fato de que não o enfrentamos nem o assumimos: prosseguimos carregando-o surdamente, ocultando-o, com isto acarretando consequências às vezes sérias para a vida das pessoas e da comunidade.

A respeito dos mecanismos negativos mediante os quais se pode enfrentar o conflito, quereria mencionar alguns deles que surgem da experiência e da reflexão, destacando brevemente alguns elementos sobre cada um deles. No trabalho posterior, vocês vão desenvolvê-los melhor.

— Uma primeira forma negativa de enfrentar o conflito consiste na formação de alianças e coalisões defensivas. Em face do conflito, a comunidade se divide em subgrupos. Estes subgrupos podem chegar a ser duráveis e rígidos, assumindo em certas ocasiões posições diante de tudo como subgrupos e procurando, assim, "puxar sempre a brasa para sua sardinha". Teremos uma comunidade dividida, que vive estas coalisões subterrâneas, ocultas, que determinam praticamente as relações, as decisões, e todo o futu-

ro e o devir da comunidade. O resultado deste mecanismo é o de que cada subgrupo, de certa maneira, pode chegar a caminhar por sua própria conta e, diante do bem comum, a grande inquietação consiste em saber: "Estás conosco ou estás com ela?".

Nestas condições, gerar-se-á uma série de consequências na comunidade: os rumores, as mentiras, as murmurações, as observações ocultas, ou semi-ocultas, as "espionagens", etc. Parece-me que esta é uma forma negativa de enfrentar o conflito, e é bom que a encaremos com toda a verdade.

 Uma segunda forma negativa de enfrentar o conflito reside no que eu chamaria de retirada do afeto. Enfrenta-se o problema fazendo cessar nossa comunicação afetiva. Portanto, o conflito em si permanece na maioria dos casos sem solução. No caso de ser eu o conflito, fecho-me diante dele, tranco-me, fico remoendo minha raiva sozinho, assumo uma atitude de mudez, calome e, pouco a pouco, tudo vai-se tornando frio e distante e eu começo a distanciar-me do irmão ou do grupo. Aparentemente, a comunidade prossegue sem dor porque não se verifica um confronto violento, porque não ocorre uma discussão; ela, porém, não atinge seu objetivo: procuram-se substitutivos, contatos emotivos fora da comunidade, hobbies, atividades culturais, atividades caritativas, procura-se um mundo de realização, um mundo de paz, muitas vezes fora da comunidade, sem enfrentar este conflito de minha própria vivência em face do grupo, em face de uma pessoa. Nestes casos, a comunidade volta-se para fora sem encontrar solução para a vida fraterna dentro dela.

Um terceiro mecanismo negativo para enfrentar o conflito é o que eu chamaria de luta repetitiva. Neste caso, em vez do silêncio diante do conflito, usa-se a luta aberta, com esporádicos períodos de trégua, às vezes fictícios, já que esta serenidade não está construída sobre a compreensão recíproca.

Diante do conflito no grupo ou diante de outra irmã, usam-se a luta, as discussões, as ironias, os maus modos, etc., que poderão parar por um tempo, mas que nunca permitirão realmente que o eu enfrente o tu ou se confronte com este, que o eu enfrente a comunidade, ou que o nós, juntos, descubra a maneira de todos se olharem novamente com abertura e sinceridade, descubra o modo de se perdoarem, de se compreenderem, aceitando as próprias diferenças, aceitando que o eu não é o tu, mas que todos somos irmãos.

- Há um quarto mecanismo que eu chamaria de Resignação. Talvez muito semelhante ao da retirada do afeto de que já falei: aqui a pessoa se cala e prossegue tentando manter a paz e uma harmonia aparente, mas a comunidade se acha congelada, nem vale a pena falar.
- O quinto mecanismo é o da dupla mensagem. Em face do conflito e considerando-se que nós nos sentimos em conflito, adotamos um

comportamento em que, com a palavra, dizemos uma coisa e, com a conduta, transmitimos outra. Por exemplo, afirmamos e proclamamos o valor da vida de comunidade e, no silêncio, damos a entender que, afinal de contas, o que importa é a minha realização pessoal; afirmamos estar contentes por compartilhar com os irmãos, mas nossos gestos demonstram que eles nos perturbam ou nos deixam insatisfeitos. A comunicação sempre tem dois níveis: a expressão verbal e a qualificação emotiva desta expressão verbal (gestos, sinais, posições corporais, etc.). O sentimento qualifica a mensagem principal, quer confirmando-a, quer contradizendo-a. No caso da dupla mensagem, que estou explicando, o assentimento contradiz a mensagem verbal. Quando digo: "Estou contente", ninguém vai acreditar na minha mensagem verbal de felicidade, se minha tonalidade emotiva for a de uma pessoa descontente, de uma pessoa insatisfeita, de uma pessoa que não possui força interior.

Acho que esta dupla mensagem também pode ser uma maneira negativa de enfrentar o conflito, isto é, uma forma de tornar a nossa comunicação ambígua.

— Outro mecanismo negativo para enfrentar o conflito consiste no que se chama de dinâmica do bode expiatório. Para tratar disto mais a fundo acho que teríamos de nos deter aí muito tempo: ver o modo como se forma, a maneira como se configura este mecanismo. Não nos é possível fazer isto agora. Vou, porém, tentar sintetizá-lo, do modo mais simples possível, porque acre-

dito que será muito fácil entendê-lo. É um mecanismo inconsciente que, com grande facilidade, se estabelece na vida comum, qual maneira eficaz de enfrentar o conflito. Este mecanismo supõe o prejuízo da luta e da tentativa inconsciente de cada um no sentido de procurar salvar-se a si mesmo; supõe a necessidade de zelar pela minha auto-imagem, a tendência a estar sempre inclinado para salvar este eu pessoal, esta imagem que eu quero construir, esta "máscara" — ousaria eu dizê-lo.

Em suma, o mecanismo consiste no fato de que, diante do conflito, de saída a nossa atitude é a seguinte: "Bem, vejamos de quem é a culpa". E, uma vez encontrado o "culpável", ficamos tranquilos. Talvez na próxima vez em que haja um conflito ou uma tensão, já havemos de saber de que modo defender-nos: mais uma vez, será certamente esta pessoa, a pessoa acusada.

Quem se sente fraco interiormente assume o pré-julgamento como uma defesa. É o pré-julgamento que dá origem ao bode expiatório. As diferenças reais entre as pessoas dálhes um significado simbólico: "Ele é diferente de mim ou de nós" (e isto pode ser real), portanto, "é um perigo para mim ou para nós" (e aí está o pré-julgamento). Daí a conclusão: "A culpa é tua, é dele, é dela, é de vocês". Além disto, entretanto, quando se acusa alguém injustamente, a pessoa o faz para defender-se. A acusação ou o ataque é a defesa do fraco. E defesa de quê? De duas coisas muitas vezes: de nossa inconsistência pessoal ou da

inconsistência comunitária. Por conseguinte, muitas vezes é a inconsistência que se acha na base do préjulgamento, e o pré-julgamento está na base do mecanismo do bode expiatório.

De certa maneira, só somos realmente livres para enfrentar o conflito quando não temos nada que defender para nós mesmos, somente quando somos capazes de enfrentarnos de verdade e quando não estamos na defensiva. Somente assim, podemos ser exigentes e podemos ser compreensivos. Acho que esta dinâmica é muito frequente em nossas comunidades, como em todo grupo humano, e é bom que a encaremos como um mecanismo negativo para enfrentarmos nossos conflitos. Ele nos deixa tranquilos porque pomos a culpa ou projetamos nossa própria culpa fora de nós. Mas acontece que muitas vezes não solucionamos o conflito, mas simplesmente vamos passando-o de mão em mão, brincamos com a culpabilidade e ficamos presos ao passado; não projetamos nossa pessoa e nossa comunidade para o crescimento e para o confronto com nossas dificuldades.

Deve haver muitos outros mecanismos: a superficialidade, a agressão indireta, a que já aludi em um dos mecanismos, etc. Limito-me a estes, para apenas abrir a janela diante dos diversos mecanismos. Não obstante, o lógico seria que apontássemos aqui o modo de enfrentarmos positivamente o conflito. Sinceramente não me detive muito nestes aspectos. Aliás, é esta uma pergunta que vou fazer depois do gru-

po. No entanto, eu gostaria de assinalar alguns critérios óbvios que devemos ter diante de nós quando se trata de enfrentarmos o conflito em nossas comunidades religiosas.

Parece-me que poderá iluminar e ajudar o confronto cristão e fraterno com os conflitos comunitários o fato de termos presentes os seguintes pontos:

- A necessidade de um diálogo verdadeiro, mediante o qual a comunidade possa gerar um ambiente de tanta confiança, de tão grande aceitação, de um reencontro permanente, de atitude de escuta, que nos permita olhar-nos com limpidez e dialogar, expressar o que pensamos e o que sentimos diante do grupo e dos irmãos. O diálogo continuará sendo um primeiro critério fundamental para enfrentar nossas diferenças e construir nossa fraternidade. O evangelho no-lo mostra.
- Um segundo critério, muito ligado ao anterior, é o que se chama de retro-alimentação. Diante dos conflitos, das tensões, é importante que possamos reduzir todas as distorções da comunicação, de tal maneira que aquilo que sentimos, pensamos ou vemos de nós possamos expressá-lo direta, pessoal, adequada e positivamente. É preciso que sejamos capazes — coisa que nos custa tanto — de chamarmos o outro para conversar, de nos encontrarmos com o outro para compartilhar e para compartilhar com os outros às vezes que podem ser dolororosas, desagradáveis, mas neste clima de verdade. A correção fraterna, a revisão de vida são linhas orienta-

doras que devem ajudar-nos nesta retro-alimentação.

- Um terceiro critério é o de que, diante dos conflitos mantenhamos muito presente a centralidade da pessoa em relação aos outros problemas. As vezes as comunidades se concentram demasiado no problema e dão prioridade ao problema, à situação criada, em detrimento da irmã ou das irmãs. Acho que os conflitos entre pessoas numa comunidade religiosa têm sempre que dar primazia ao valor, ao cuidado e ao respeito pela dignidade de cada um de seus membros.
- Um quarto critério é o critério da cooperação com prioridade sobre a competência. Uma comunidade religiosa tem que ir encontrando, cada vez mais facilmente, o que chamamos de corresponsabilidade, de modo tal que em nossa convivência possamos viver relações cooperativas, de solidariedade, dando a estas primazia sobre as relações de competência em qualquer nível que seja.
- Um quinto critério é o de que, diante das situações que temos de enfrentar como grupo, devemos assumir decisões de consenso: através de um discernimento, a comunidade deve poder chegar a acordos em que, tanto quanto possível, haja a máxima unanimidade grupal, embora isto demore e torne mais lentos alguns acordos. Não se trata de coisa fácil. Mesmo assim, porém, deve ser uma tendência de nossa parte. Muitas vezes os conflitos ocorrem porque não nos sentimos realmente inseridos na decisão da comunida-

de, não sentimos que tenhamos sido suficientemente tomados em consideração ou que tenhamos podido expressar nossa posição em face de uma decisão.

Provavelmente, existem muitos critérios. Minha intenção principal, como já o enfatizei, era muito mais a de salientar os riscos que podem comprometer um bom confronto entre pessoa e grupo, os mecanismos negativos de confronto dos conflitos que emergem na comunidade.

Enfoque partindo-se da percepção

O terceiro enfoque que eu desejaria abordar origina-se da consideração de alguns aspectos da percepção humana. Como lembramos ao citar Lippitt, ele menciona a importância de todo agente de mudança detectar, num grupo ou organização, as necessidades e as percepções das pessoas. Podemos recordar também os estudos da Guestalt sobre a percepção, as leis que seus membros descobriram. Entre elas está a relação figura-fundo. Mostrei a várias de vocês um mesmo estímulo e cada uma viu coisas diferentes: acontece que, às vezes, ressaltamos como figura uma determinada faceta ou aspecto da realidade, deixando como fundo outras, e é claro que nem todos nós coincidimos nesta seleção subjetiva. A Guestalt lembra-nos também como o ser humano toma dados por vezes incompletos da realidade e os organiza em um todo significativo, tendendo usar para isto leis tais como a da semelhança, a da continuidade, a do fechamento ou a da simetria.

Com isto, quero destacar que nossa percepção está necessariamente marcada por nossas necessidades, por nossos ideais, por nossas projeções, isto é, estamos muito comprometidos, pessoalmente, com aquilo que vemos. E isto a tal ponto que não seria mentira dizer que "vemos o que precisamos ou o que queremos ver".

O perceber implica, de certa maneira, um interpretar. Neste sentido, podemos dizer que nossa percepção é "seletiva": o que percebemos, em larga escala, é resultado de um processo complexo de classificação que regula os estímulos externos, de modo que fiquem mais fáceis de serem digeridos, um processo que nos facilita manter a segurança.

Justamente por causa do que há pouco dissemos, devemos afirmar que é possível que distorçamos a realidade através de nossa percepção, e que, por este motivo, ajamos com base em tais distorções. As distorções passadas infiltram-se no presente e confundem-se de tal maneira que o real e o imaginário, o passado e o presente se entrelaçam e formam a "realidade atual". Devido a uma tensão entre o "aqui e agora" e o "lá e então", estamos sempre em um equilíbrio entre o "objetivo" e nossa maneira habitual de vê-lo. A influência do fator pessoal na percepção, do elemento projetivo no que vemos, varia segundo o grau de estruturação dos estímulos que observamos: a uma desestruturação maior destes estímulos corresponde uma influência maior de nossos fatores subjetivos no que percebemos. Fala-se da apercepção em face do fenômeno de observar e interpretar estímulos desestruturados, e é o que se acha na base dos testes projetivos que permitem conhecer o sujeito através de suas projeções nas interterpretações de determinados estímulos.

Eu acrescentaria ainda o dado de que os fenômenos que estamos descrevendo brevemente são os que nos levam a nos tornarmos "predizíveis" para os outros, ou que nos tornam a realidade "predizível" (pré-julgamentos). Nossas necessidades determinam nossas percepções, estas determinam nossos comportamentos e, assim, tendemos a saber de antemão de que modo agiremos e de que maneira se comportarão os outros. Estes mecanismos são impedimentos para a mudança: nossas relações às vezes chegam a ser, mais do que um encontro com a realidade, um gasto de energia para comprovar nossas predições.

Reconhecendo que esta exposição talvez exigisse maior elaboração, eu gostaria que olhássemos como este enfoque determina outro dinamismo subjacente nas pessoas e nos grupos. Também nos acontece que, embora em níveis nem sempre conscientes, diante da comunidade religiosa, tenhamos percepções e imagens que surgem de nossas necessidades, de nossos ideais, de nossas projeções. Nossas percepções comunitárias sofrem, igualmente, a influência de nossas distorções, o que gera em nós expectativas e concepções em relação a ela.

Manenti, psicólogo italiano, destacou nesta linha o que chamou de "mitos" comunitários, descrevendo-

os como fatores que impedem a pessoa de viver, na realidade, os valores da comunidade: os mitos são falsas expectativas ou concepções errôneas a respeito do viver em comum. Percebemos a comunidade mais como uma ilusão do que como um ideal e, por isso, os mitos, à guisa de idéias irracionais, agem como um freio do crescimento comunitário e são a raiz de profundas dificuldades. A intensidade desta influência variará segundo o grau de consciência que temos deles e a capacidade de enfrentá-los. A comunidade deverá procurar encarar estes mitos, que funcionam como freios, detectando-os. Sua eliminação permitirá trabalhar para a construção de uma comunidade mais real e verdadeira e favorecerá a criação de uma atmosfera adaptada ao encontro recíproco.

Tentarei expor-lhes alguns desses mitos que podem estar presentes em nós, a fim de apresentar-lhes de maneira concreta o que estou expondo, esperando que, depois, vocês os submetam a um juízo de realidade. Assinalarei cada um deles, tentando dar uma breve explicação e fazer uma crítica sumária à ilusão que eles encerram.

— "A vida comunitária consiste em seus membros viverem felizes e contentes": segundo este mito, a comunidade deveria atingir a felicidade total e a pessoa deveria encontrar necessariamente nela sua própria gratificação. Trata-se de um mito romântico já que, como vimos, a comunidade é uma realidade conflitiva. A comunidade é evangélica não quando deixa de ter problemas, mas quando os enfrenta com espírito

evangélico. O mito tende a levar a uma resignação passiva, a uma negação da realidade diante do conflito e até a um comportamento milagrosista, que espera soluções fáceis, mágicas e imediatas.

- "Basta fazer a comunidade crescer": este mito pode conter duas ilusões; de um lado, a de que a comunidade produz a capacidade de interiorizar os valores, e, de outro, a de que consegue isto por ser comunidade. É uma ilusão porque a comunidade oferece apenas uma oportunidade de interiorização e de encarnação do ideal, mas a eficácia desta depende da disposição intrapsíquica do sujeito.
- "O comunitarismo": segundo este mito é necessário que todos os membros da comunidade façam tudo juntos, que vivam permanentemente uma proximidade física, que pensem do mesmo modo e que tenham as mesmas idéias em tudo. Recordemos que a comunidade deve favorecer tanto o sentido de pertença, portanto de consenso, quanto o sentido de individuação, evitando o extremo da "massificação".
- "Quando divergimos, é sinal de que nos odiamos": é inevitável que sejamos diferentes e que isto gere discussões e debates internos. As diferenças podem ser construtivas, contanto que não caiamos em polêmicas ou lutas amargas e permanentes, e contanto que saibamos escutar-nos e respeitar-nos mutuamente, sem perder a estima recíproca.
- "Os irmãos siameses": segundo este mito, todos nós deveríamos

ter o mesmo modo de ver as coisas (o que é impossível) e todos deveríamos esforçar-nos para aparecer como os mais autênticos possíveis (tentativa que seria inútil). Como já dissemos, as diferenças são úteis e inevitáveis, constituem modos diferentes de concretizar os diversos valores. O importante será o estarmos de acordo a respeito dos fins: sabermos por que estamos juntos, onde queremos ir, o que buscamos, qual é o nosso projeto — e haver consenso quanto a estes pontos.

- "Quando alguma coisa não dá certo, é preciso procurar de quem é a culpa": muitos de nós fomos educados dentro desta mentalidade; diante de uma dificuldade, instintivamente pensamos em termos de culpa (minha ou tua), e, em vez de procurarmos soluções, tendemos a distribuir pecados e remorsos. De fato, se temos dificuldades é porque todos nós contribuímos para criá-las. E, assim sendo, a solução teria de vir da cooperação de todos. Ao invés de culpar os outros, cada um de nós deveria questionar-se para saber de que modo poderia agir e colaborar para alcançar um resultado mais positivo para todos.
- "Quando se discute, vence o melhor": segundo este mito, nas divergências, um tem sempre razão e o outro não tem nenhuma; acaba vencendo o que obtém maior número de pontos. Assumimos a dinâmica inconsciente do forte-fraco. Acontece, na realidade, que, quando alguém vence, é a comunidade que perde a sua unidade.

- --- "Os outros devem intuir": pensamos que os outros, na comunidade, devem captar no ar nossos estados internos. No entanto, ninguém pode ler com absoluta segurança o pensamento ou o coração do outro se se acha diante de lábios mudos. A verdade é o contrário: ninguém deve fechar a boca diante do outro, julgando que este já entendeu o que pretendia dizer-lhe. Deus não nos criou dotados de uma antena de radar na cabeça, mas sim com lábios para falar e ouvidos para ouvir. Além disto, muitas vezes nossas suposições captadas por radar nos demonstram o equívoco em que podemos estar.
- "E melhor lembrar os aspectos negativos do que os positivos": com bastante frequência, damos pouca atenção aos aspectos positivos na comunidade. Em geral, estamos mais habituados a nos lembrarmos do que nos feriu ou nos humilhou, sem sabermos considerar o que há de positivo nos outros e o que há de belo no que já compartilhamos e já construímos. Quantas vezes nossos encontros comunitários terminam com uma ação de graças? Será que são muitas vezes?... Contudo, o esforço positivo de um comportamento desejado ajuda, em si, a aumentar a frequência deste comportamento e é um meio de aprendizagem muito mais eficaz do que o castigo ou o esforço negativo.
- "Tudo é questão de sorte: uma boa comunidade não requer nenhum trabalho por parte dos participantes": esta é outra idéia romântica que é mais comum do que possa pa-

- recer por sua expressão grotesca. A realidade nos mostra que a vida comum implica, dia a dia, a interação pessoal, com o esforço constante de comunicação e de negociação com vistas a uma solução positiva das atividades e conflitos. Quando somos destinados a uma nova comunidade, não é um dado irrelevante o termos ou não tal concepção, já que ela pode eximir-nos do esforço contínuo e laborioso de criar a comunidade.
- "Tu deves ser segundo a minha imagem": quanto tempo e esforço inconsciente às vezes perdemos porque alimentamos a ilusão de que vamos conseguir modelar o outro ou os outros segundo "a minha imagem e semelhança". Tal esforço leva a discussões inúteis sobre a qualidade pessoal, os estilos de vida, o comportamento, etc. e suscita enormes doses de raiva e frustração. É verdade que a comunidade ideal (ou pelo menos tendente a isto) requer uma renovação permanente, mas o critério da mudança dos outros não sou eu, nem meu estilo pessoal, mas os valores evangélicos. Se quero mudar o outro não é para fazê-lo igual a mim, mas para ajudá-lo a ser cada vez mais a imagem de Cristo. Por isso, antes de pensar em mudar o outro, é melhor permanecermos em nós mesmos e vermos de que modo podemos chegar a ser semelhantes ao Senhor.
- "Numa comunidade que julga estar bem', as coisas não mudam": reduzir um sistema dinâmico, como é uma comunidade, a uma realidade congelada significa conceber um sis-

tema morto. A pessoa e os grupos só permanecem vivos quando aceitam a evolução. A comunidade não deve ficar congelada em esquemas irremovíveis, deve antes viver num equilíbrio dinâmico: algumas formas

e estruturas de interação devem permanecer constantes no tempo, para assegurar o sentido de continuidade e estabilidade, ao passo que outros aspectos terão de ir-se amoldando às necessidades e ao processo do grupo.

O que é mais importante na formação: o sentido de pertença ou o sentido de individuação?

Sentido de pertença seria sinônimo de membro de, ser parte de, estar vinculado a, reconhecer algo que integra a identidade pessoal e ultrapassa uma simples categoria de referência. Quase um sobrenome, um aposto, uma marca "de fábrica" que revela o estilo, o passado, uma consistência íntima. Sentido de individuação seria sinônimo de experimentar ser pessoa e, portanto, amar e ser amado, ser útil, conhecer o seu centro característico e específico. Saber o contorno preciso de sua individualidade. Todo dualismo, sobre ser empobrecedor, aniquila a capacidade crítica indispensável em qualquer realidade sempre mais complexa do que nossos esquemas mentais. Por isso, sem exclusivismos, creio ser mais importante na formação um ajuste das duas dimensões: a procura de adaptação a cada pessoa e a descoberta, o cuidado e o compromisso com o bem comum. Será uma experiência mais madura e mais amadurecedora. SEM o sentido de pertença pode-se aportar no narcisismo. Só o sentido de pertença pode gerar um processo de padronização institucional, a massificação, uma tentativa equívoca de sentir-se pessoa. Minha resposta é ponto de partida. Você pode divergir. Deve aperfeiçoá-la. Se não leu ainda, leia "Formação para a Vida Religiosa Hoje". Peça à sua Regional da CRB ou à CRB Nacional (Pe. Marcos de Lima, SDB).

Cultive diariamente o seu jardim

La vie est quotidienne, dizia o simbolista francês Laforgue. O cotidiano é a repetição, a rotina, a intimidade que nos privam da SURPRESA com que só a Alegria, junto com o Amor, nos livra da tristeza. A Alegria com o Amor é a levitação de todo peso que os obstáculos de viver plenamente nos impõem com o cotidiano da vida. Carpe diem. Cultive diariamente o seu jardim para vencer o perigo da repetição que anula os sentidos e paralisa a inteligência (Tristão de Athayde).

VIDA RELIGIOSA E PREFERÊNCIA PELOS POBRES

Marcello de Carvalho Azevedo, S.J.

Em meio às transformações por que passou e vem passando a vida religiosa a partir do Concílio Vaticano II, há uma que toca fundo o seu ser e o seu fazer. Atua como catalizador e inspiração de outras mudanças. Serve como critério de avaliação e de credibilidade para muito do que move hoje os religiosos, dálhes sentido à vida ou os inquieta. Falo de uma sensibilidade nova ao homem pobre, aos pobres do mundo, à pobreza na humanidade.

É impressionante a constância e a insistência com que este problema se tem apresentado à consciência individual de religiosos e religiosas no mundo inteiro. Como domina o horizonte de vida e de ação de comunidades locais e atua nelas qual propulsor de uma nova dimensão da identidade. Como tem sido o eixo central das reflexões e disposições de muitos capítulos gerais nos últimos anos, abrindo outras perspectivas de missão ou dando vigor inédito à missão de sempre.

Não é, por certo, novidade na Igreja nem na vida religiosa a sensibilidade à pobreza. Sob todas as suas formas — de pobreza material ou espiritual, de enfermidade ou ig-

norância, de carência ou rejeição, de solidão ou insegurança, de discriminação ou opressão — a pobreza de tantas faces, percebida concretamente na vida dos homens foi, não raro, ponto de partida e missão primeira de ordens e congregações ao longo dos tempos. Desde os inícios do século XIII, a vida religiosa passou a expressar juridicamente, através também do voto explícito de pobreza, uma das dimensões centrais da plena consagração a Deus de homens e mulheres, nesta modalidade específica de vocação apostólica na Igreja. O seguimento do Cristo pobre levou a vida de muitos santos a uma radical coerência evangélica. Constituiu-se em pedra de toque de não poucas correntes ou tradições de espiritualidade que traduziram na Igreja a inesgotável fecundidade desta semente do Evangelho. Ciente muito embora dos limites de sua fidelidade e das contradições de sua vida, pessoal e institucional, a Igreja e os religiosos nela nunca abriram mão deste ideal primigênio de serem pobres com o Cristo pobre e de ir ao encontro daqueles que ele claramente preferiu no seu dia a dia histórico, quando armou sua tenda entre nós, fazendo-se pobre enquanto homem — ele que era Deus — e vivendo como homem pobre entre os pobres de seu tempo.

Não é novo, pois, que a vida religiosa seja sensível à pobreza. O que, sim, surpreende é a sensibilidade nova aos homens pobres e à pobreza no mundo que caracteriza hoje a vida religiosa. O que incomoda e questiona é o dinamismo interno desta perspectiva que dela faz elemento chave de uma transformação profunda e abrangente de pessoas e de comunidades religiosas, no contexto eclesial em que vivemos.

De onde vem este sangue novo? Que é que faz descobrir aos religiosos esta dimensão de sua fé e de sua própria existência, com tanta força, nestes últimos anos? E por que, ao mesmo tempo que ela anima a tantos e lhes dá um alento irresistível e cheio de esperança, encontra a dúvida, a resistência e o ceticismo de outros? Por que, em várias comunidades e inteiros institutos, esta nova sensibilidade ao pobre se fez sinal de contradição, a um tempo estímulo de vida e fonte de desunião ou incompreensão? De onde nascem os problemas? Como identificá-los e tentar-lhes uma válida resposta? Como aprofundar e unificar sempre mais uma intuição que é tão fecunda, mas que corre o risco de tornarse estéril ou dispersiva?

O ponto de partida de uma nova sensibilidade.

Vivemos num mundo de paradoxos. Por um lado, o homem registra conquistas extraordinárias na ciência e na tradução tecnológica de seu natureza. Logra processos altamente sofisticados de informação, de comunicação, de organização e de produção, em todos os níveis. No plano teórico, este homem é capaz de codificar como nunca uma carta de direitos humanos que, em princípio pelo menos, purifica e retifica séculos de discriminação e arbitrariedades, toda uma gama inaceitável de imperativos arcaicos que as culturas sagraram como tabus ou como leis. Conscientiza-se este mundo, em escala planetária, de valores lidimamente humanos, como a igualdade fundamental entre as pessoas, que viabiliza a fraternidade entre os humanos de toda latitude; a liberdade, a ser buscada em todas as suas formas de expressão, em nível individual e social; a solidariedade, como projeção palpável de um amor eficaz, que aproxima e une os homens em torno de objetivos comuns e os leva à complementariedade na superação de limites e carências de grande envergadura. Os homens podem ter hoje do mundo como um todo uma percepção abrangente e simultânea. Têm condições de agir global e eficazmente sobre o conjunto da humanidade.

saber sobre si mesmo e sobre toda a

Por outro lado, a despeito de todo este potencial, o mundo real com que nos deparamos e no qual vivemos está marcado pela fome ou malnutrição de quase dois terços de seus habitantes; pela ignorância, enfermidade, desemprego, pela carência elementar de condições básicas de vida humana de vastas populações. Este mundo asfixia a liberdade de centenas de milhões. Configura as sociedades em termos de

violência institucional, patente ou larvada, que assoma de modo destrutivo, a curto ou a longo prazo. Convivem nele sistemas de dominação que impõem a amplas áreas uma dependência econômica e política que as condiciona ou oprime. Centraliza-se nas mãos de alguns a sorte e o destino de muitos, sem que estes possam romper um tal estado de coisas e emergir livres para uma sonhada autonomia. Há países ou sistemas de governo que toleram ou instalam a corrupção impune como parte mesma da instituição do Estado. O suborno, as comissões por fora, o lenocínio de consciências individuais e a negociata de responsabilidades públicas destroem como um câncer irresistível e inapelável o tecido cívico, aviltam a sociedade e desintegram a dignidade e a identidade da Nação. Consciente de tudo isto, que pode documentar com abundância, a população se abate inerme e sofre desmoralizada o peso insuportável de uma tal iniquidade.

Tudo isto são formas de pobreza em macro-escala, vividas pelos indivíduos ou suportadas por inteiras sociedades. O que é novo na percepção deste fenômeno é a evidência de que o nosso mundo, em contraste com as convicções e as atuais possibilidades do homem acima descritas, está organizado de modo a produzir e a reproduzir esta pobreza. O que é novo é a clara intuição de que, em base às premissas sobre as quais operam os Estados e as sociedades, não há esperança de saída. Há, antes, certeza de um agravamento sempre mais sério e mais extenso desta pobreza. O que é novo é captar que

tal pobreza não é episódica nem conjuntural, mas tornou-se sistemática e estrutural. O que é novo é capacitar-se de que ela é resultado de um longo processo evolutivo que, pela vontade de poucos, abate-se hoje, direta ou indiretamente, sobre a humanidade, de modo inexorável e incontrolável. O que é novo é o dar-se conta de que um após outro, frustram-se apelos e tentativas de estancar este processo ou de darlhe novo rumo. O que é novo é a evidência de que esta pobreza é o produto do desrespeito intencional ao homem em seus direitos admitidos, em suas aspirações mais incontestáveis. Ela é o resultado da opressão sobre muitos, da manipulação e exploração orquestrada, menos talvez ao nível da ação consciente dos indivíduos tomados singularmente, do que pela travação férrea e pela dinâmica interna dos sistemas econômicos e políticos que o homem se criou e que operam capilarmente, de modo irresistível, a partir da injustiça estrutural que é o seu pressuposto e o princípio mesmo de sua insaciável realimentação. Isto é realmente novo. É criação ou perversão dos tempos modernos e pós-modernos. Não podiam sentir e perceber a este nível mundial e tentacular a pobreza do seu tempo os profetas de Israel e os cristãos santos na Igreja de outros tempos, por mais que convivessem com a pobreza quotidiana de muitos, destes muitos "que sempre tereis convosco" a que Jesus se referia. É triste a certeza de pobrezas inevitáveis. Mas é trágica a organização da produção da pobreza de tantos em escala global e a destruição irreversível do

HOMEM que neles vive e é sua única e irredutível riqueza.

A abertura consciente sobre a humanidade concreta como um todo e a comunhão real com a verdadeira história dos homens, duas tendências que vão assinalando sempre mais a recente postura da Igreja em muitas partes do mundo e dos religiosos nela, nos convence de que esta pobreza não pode ser considerada como fatalidade natural. Ela é o resultado do egoismo, que se traduz em injustiça ativa e eficaz. Ela é, por isso mesmo, não só desequilíbrio na equidade devida, mas inequívoca negação do amor e da verdade. Na perspectiva cristã, tal injustiça perverte e subverte tanto o plano de Deus como a dignidade e o destino do Homem. A realidade terminal que nela se gesta, esta pobreza que é fruto da injustiça, traz, portanto, em si, a marca do pecado.

Somos conscientes de que o homem pode criar hoje uma sociedade, um mundo mais justo, mas, de fato, não o quer. Na medida em que, pela omissão ou indiferença, pelo conformismo ou covardia, nos rendemos a esta situação ou com ela tacitamente pactuamos, fazemonos corresponsáveis desta injustiça. Isto é incompatível com a Fé que professamos, esta fé em um Deus que é Pai e quer o bem dos homens todos. Deus que a eles se faz presente e accessível em Jesus Cristo, por quem lhes dá a todos a certeza de que são filhos seus e irmãos entre si, libertados todos pelo amor feito perdão e reconciliação. Esta fé nos ensina e conduz a fazer da me-

diação dos homens o caminho necessário para chegar a Deus. Ela pauta pela nossa relação aos homens a avaliação confiável de nossa relação a Deus (Mt 25). Para esta fé é intolerável a injustiça inerente àquelas formas estruturais de pobreza que o nosso mundo gerou e pretende perpetuar. Trabalhar, pois, para superar esta injustiça, é atuar a fé no alcance pleno de seu conteúdo; é dar a Deus uma resposta que se traduz e passa pelo serviço do Homem, como Ele quis passar pelo Verbo feito Homem para falar e interpelar eficazmente ao Homem. Viver a fé sem esta exigência da justiça é dissociar-se do plano de Deus e apropriar-se de algum modo a aberração que o homem criou.

A acuidade e densidade na percepção destas articulações deu precisamente à Igreja de hoje e aos religiosos nela essa sensibilidade nova à realidade da pobreza no mundo, em tudo aquilo que ela implica de desafio à vivência plena e conseque desta Fé na qual e a partir da qual sobretudo tem hoje sentido e razão de ser nossa vida de consagrados.

Vida religiosa: a dinâmica de uma história.

A vida religiosa é uma forma precisa de vocação apostólica que se caracteriza pela plena consagração a Deus de homens e mulheres. Sua expressão pública se traduz pelos votos de pobreza, castidade e obediência, professados e vividos numa comunidade definida, que a Igreja acolheu e legitimou. As modalidades concretas desta forma de viver a vocação cristã atravessam a história, desde o século IV aos nossos dias.

Como camadas sedimentares que se superpõem em um corte geológico, a vida religiosa se manifesta em vários níveis emergindo do eremitério e afirmando-se no cenóbio. Cobra fôlego e se difunde com o monaquismo oriental e ocidental. Do século XII ou XIII em diante, ela se abre caminhos novos com as ordens mendicantes, que afrontam o desafio urbano gerado pela transformação profunda da economia medieval. O século XVI nos dará da vida religiosa modelos em boa parte originais e inesperados. Como os precedentes, também eles pulsam com o ritmo total da Igreja. Respondem desde o mais íntimo dela mesma, não raro com intuição profética, à sua necessidade urgente de anunciar a Palavra e partilhar no Sacramento o dom da graça de servir e de salvar homens, onde e como quer que se apresentem. A descoberta de novas terras conduz a Igreja a uma expansão imensa, mas também à inesperada percepção da complexidade e diversidade destes homens. Neste quadro de tantas faces de uma mesma humanidade, a Igreja vai descobrindo os sulcos profundos de um perfil comum, carente e sofrido, necessitado do Homem e faminto de Deus. Vão surgindo assim, do século XVI ao XIX, institutos numerosos que querem suprir no serviço dos homens a indigência da humanidade, a impotência ou a perversão das sociedades. São congregações de homens e mulheres que educam nas escolas,

curam e confortam nos hospitais, anunciam a palavra na catequese e na devoção, mas sobretudo nas missões, próximas ou distantes. Vão deixando assim nas areias do mundo as pegadas de tantos que evangelizam sob muitas formas e por infinitos caminhos.

Com pequenas ou grandes variações, a vida religiosa caldeia e vive um pouco de todos estes modelos e inspirações até os anos 70 de nosso século. Se as camadas se formaram gradualmente e se foram superpondo no tempo, elas também se encontraram e fecundaram mutuamente através de diuturna e penetrante osmose histórica. Nas muitas claves de seus múltiplos fazeres e nas variações sem fim de suas expressões descritíveis, há uma linha de continuidade ininterrupta no desejo de ser entre os homens presença que traduza a radicalidade evangélica e a orientação teleológica do homem ao que virá a ser definitivo para a humanidade.

A vida religiosa é assim na história um tecido vivo de contrastes e tensões, de criatividade e movimento, de confirmações e superações, onde emerge sempre o mesmo fio condutor que é a abertura a Deus e a sensibilidade ao Homem. É a partir daí que a vida religiosa se faz na Igreja resposta concreta de homens e mulheres a Deus no serviço dos irmãos. Ela não é a simples ratificação, nem a repetição estática e fixista de um mesmo paradigma. A inspiração da "fuga mundi" lhe dá o impulso inicial e, de fato, a pervade de ponta a ponta. Ela o faz no sentido autêntico de uma distância crítica do "mundo", em sua acepção joanina — o mundo das trevas e do pecado, aquele que rejeita Deus e massacra o homem — e presta assim um eminente serviço aos homens na fidelidade a Deus. Mas ela o fez também, e infelizmente com freqüência, na perspectiva de um afastamento efetivo dos homens, de seus anseios e de seu destino. Ela viveu assim não raro, uma involução sobre si mesma que dela fez reduto de fuga e potencial de alienação.

A sensibilidade nova à pobreza no mundo — fruto da injustiça estrutural que golpeia o homem e nega a Deus — anuncia na vida religiosa uma camada diferente no corte geológico de sua história. Ela se caracteriza pela ênfase na missão e na sua urgência. Ela se define não mais pela fuga do mundo, senão pelo envio dos religiosos a ele, a este mundo que são os homens e, entre eles, os mais empobrecidos e necessitados, aqueles mesmos que Jesus desde sempre preferiu e aos quais se disse enviado (Lc 3,16-21), a ponto de definir e descrever a partir deles sua própria identidade (Lc 7,18-23). Por aí, a vida religiosa hoje dá continuidade à inspiração evangélica e repassa séculos de sua história. Mas, a partir da percepção desta pobreza como fruto da injustiça em grande escala, religiosos e religiosas começam a traduzir seu testemunho e serviço de Fé numa perspectiva de missão que é indissociável da construção com

os homens e para os homens de uma sociedade justa onde eles se possam abrir humanamente para Deus e os outros homens. A opção preferencial pelos pobres cataliza em todo o seu alcance uma tal perspectiva de ser e de agir. Não são os pobres a maioria esmagadora desta sofrida humanidade, na qual uma vez mais entrevemos o rosto do Cristo crucificado? Não é, de fato, a angustiante e indisfarçável presença deles que nos leva a intuir a fundo o paradoxo cruel de nosso mundo, assinalado pelas conquistas dos homens, marcado, porém, pela opressão e a destruição do Homem neles? Não são eles que pedagogicamente nos ajudam a perceber a inanidade de nossa fé se ela não for no mundo força transformadora e construtora de um mundo justo, onde haja espaço para a verdade e para o amor? Não são eles, por outro lado, que nos questionam a autenticidade mesma do que chamamos amor e verdade, quando um e outro toleram inertes os produtos da injustiça ou até mesmo com eles pactuam?

Que significa este novo envio, esta missão que a vida religiosa capta
hoje, como tantos outros segmentos
e vocações, a partir de uma consciência eclesial sempre mais sensível ao homem, em sua relação total
a Deus e aos outros homens? Como
entender, no atual contexto da Igreja e do mundo, a opção preferencial
pelos pobres, esta expressão densa
e atual, que tão bem sintetiza a inspiração profunda de quanto acima
deixamos dito?

Vida Religiosa: presença e fermento no processo de transformação.

De um ângulo puramente sociológico, a vida religiosa, sobretudo em países do primeiro mundo, apresenta um quadro preocupante neste momento de Igreja. Parece estiolarse, esvair-se num declínio irrecuperável, enrugada pelo envelhecimento dos que a vivem e pela baixa fecundidade ou mesmo esterilidade que já não lhe permite reproduzirse. Faltam jovens que a procurem e nela vejam uma forma aceitável e inspiradora de vida para concretizarem seus anseios generosos de serviço a Deus e aos homens.

Percebida, porém, por outros ângulos e num nível mais profundo, os religiosos e religiosas, principalmente em países do chamado terceiro mundo e em algumas faixas e setores do primeiro, experimentam o alento e o vigor de uma nova perspectiva. Ela se lhes anuncia promissora e deixa entrever uma vida religiosa que capta na frequência própria do mundo de hoje a modulação de como traduzir para ele esta vocação apostólica na Igreja. Como, pela coerência radical da vida, ser atualmente presença e testemunho da verdade e do amor de Deus aos homens, tornado manifesto a nós em Jesus Cristo. Este cerne permanente da vida religiosa, que quer ser assumido também hoje pelos religiosos em todo o seu alcance, vai encontrando seu canal de expressão mais confiável e convincente a partir precisamente desta experiência vivida de atenção aos mais pobres, de docilidade à mensagem de que

são eles portadores e da presença e comunhão com eles. Estes três elementos podem ajudar-nos a uma leitura serena e à compreensão mais plena da expressão e da realidade eclesial desta opção preferencial pelos pobres.

Ainda que em sua utilização mais ampla, esta fórmula esteja ligada à Assembléia Episcopal Latinoamericana de Puebla, ela se vai fazendo sempre mais parte da consciência e do patrimônio da Igreja hoje, tanto em documentos da Igreja universal, como nos de várias Conferências Episcopais, inclusive algumas do primeiro mundo. Ao fazer em Puebla a opção preferencial pelos pobres, a Igreja da América Latina deu um passo de extraordinária significação. Ela se dispôs a entrar num processo que é novo em relação a séculos do seu passado. A opção de Puebla não quer ser uma idealização dos pobres e de sua pobreza, instrumentalizados que fossem a serviço de uma eventual hermenêutica eclesiológica que tenta redimir-se do diuturno compromisso com a riqueza. Um tal enfoque parte da hipótese ingênua de que os pobres vivem satisfeitos de sua condição de pobres, situação a ser por eles preservada e até mesmo cultivada, em nome das preferências evangélicas. Esta perspectiva algo romântica e resignada da pobreza, carece de realismo e não é nem pode ser esposada pela Igreja ou pelos pobres concretos que aí estão. O evangelho não nos autoriza a canonizar a desgraça, nem a resignar-nos à miséria humana. Tampouco essa opção foi tomada na ilusão insustentável de poder restabelecer a partir dos pobres a hegemonia da legitimação religiosa pré-moderna e tentar criar com eles uma espécie de gueto, uma trincheira de defesa contra a realidade conflitiva e as influências pluralistas do mundo em que vivemos. Tal posição, que necessariamente desemboca numa síndrome de seita ou fanatismo, está fadada ao efêmero de todo dualismo que aniquila a capacidade de crítica e discernimento, indispensável numa realidade tão complexa como a deste mundo.

A opção preferencial pelos pobres implica em seu sentido pleno o que se chama a mudança do lugar social. Trata-se de assumir, na leitura e na interpretação da realidade, um novo ângulo ou ponto de partida. Mudar de lugar social quer significar para a Igreja e para os religiosos nela, o esforço sério de olhar o mundo, a sociedade, a própria Igreja e toda a humanidade, a partir dos pobres, de suas urgências e necessidades, de seus valores e apelos, de sua contribuição possível e válida para a sua própria promoção e para a desejada construção de uma sociedade justa.

Só uma tal percepção nova e distinta da realidade, a partir dos pobres, tornará possível a mudança efetiva nos critérios e nos processos de decisão, seja no plano eclesial, seja no plano social e cultural, como no político e econômico. Este novo referencial é o que permitirá investir por primeiro a serviço dos pobres — e, portanto, da transformação efetiva do mundo atual, direta ou indiretamente —, a quali-

dade de nossa presença e a totalidade de nosso apostolado de religiosos. Na educação ou no estudo e na pesquisa, nos meios de comunicação audio-visual ou na atividade editorial, na ação pastoral sob todas as suas formas, mas, sobretudo, no trabalho e colaboração com os leigos, esta perspectiva fará de nós evangelizadores deste mundo. Nós o seremos não só pelo cultivo e incremento da prática litúrgica e sacramental ou pela orientação espiritual ou devocional; não só pela transmissão de conteúdos mentais do saber sobre a fé, nem mesmo só pelo solícito anúncio da palavra; mas, com isto e em tudo isto, pelo suscitar a exigência interior de que essa fé, dom do Senhor, que nasce da Palavra e do Sacramento, se explicite em toda coerência da vida, no esforço consciente e inarredável de tornar possível, pela construção perseverante de uma nova sociedade radicada na justiça, a reorientação dos homens para a verdade e para o amor segundo o Evangelho

Só este olhar o mundo a partir dos pobres, tendo presente a situação infra-humana de tão grande maioria humana, poderá reverter os cânones pelos quais se pautam os organismos de decisão em todos os níveis e viabilizar para a humanidade a tão desejada nova ordem internacional. Não cabe certamente a nós religiosos atuar de imediato na linha inevitável de muitas iniciativas que necessariamente se definem e mediatizam pelo embate de forças políticas e de alternativas econômicas. Mas, pela sensibilidade nova à índole estrutural da pobreza neste

mundo, incumbe a nós fornecer aos homens, por nossa vida e pelo peso de nossa ação apostólica no mundo inteiro, o instrumental de reflexão e a contribuição operativa que viabilize com urgência a edificação de um mundo melhor porque mais humano.

No plano intra-eclesial, este aprender a realidade a partir dos pobres, pode levar-nos a ajudar também à Igreja como um todo a compreender situações eclesiais, complexas e distantes, tão distintas daquelas que ela vive no seu centro, e ensejar novas avaliações e decisões em função dessas novas percepções.

Dar, pois, preferência aos pobres, no contexto do mundo e da Igreja de hoje, não é intensificar-lhes o auxílio, generoso mas talvez paternalista, a partir de nossa abundância de recursos humanos e materiais, intelectuais e espirituais. Nem é só inserir-se em seu meio e diretamente partilhar e conviver com eles no quotidiano árduo de uma sofrida existência. É, antes, onde quer que estejamos e trabalhemos, colocar os pobres ativamente na raiz mesma da criteriologia de nossa análise, avaliação e interpretação da realidade; no centro do discernimento e elaboração de nossas decisões; no foco da irradiação de nosso ser e agir apostólico de religiosos sobre o todo de uma Igreja e de um mundo em busca de um solo mais humano e por isso mesmo mais justo, no qual possa cair com promessa de fecundidade a semente evangélica.

A opção preferencial pelos pobres, porém, não é só esta atenção prioritária a eles. Ela é também docilidade nossa à mensagem de que são eles portadores. Isto implica a disposição em que se deve colocar o corpo eclesial e nós religiosos nele, de não considerar-nos sempre e somente como o único ou o principal polo ativo de evangelização. É fundamental que nos deixemos evangelizar pelo que de evangélico existe nestes que o próprio Cristo escolheu de preferência. Esta atitude programática coloca a Igreja, como corpo institucional, no caminho de volta à inspiração de seus primórdios. A originalidade da Igreja de Jesus Cristo está em que seu modelo primigênio de inspiração evangélica se distancia do paradigreligioso preponderante nas culturas pré-existentes e do da própria tradição judaica da qual emerge. Os apóstolos e discípulos de Jesus Cristo não constituem uma casta à parte e nem são credenciados em função de nascimento ou título. Tomados dentre os homens para o serviço dos homens, eles saem do povo para o povo, como o próprio Cristo. Não os distingue a ascendência do poder. As circunstâncias históricas levaram a Igreja a deixar-se cooptar pelo paradigma religioso dominante em tantas culturas, perder ou eclipsar muito de sua autêntica novidade. A opção preferencial pelos pobres poderia reintroduzir a Igreja na sua perspectiva de origem, lastreada sobretudo pela fé, de viver sem o poder dos homens e de ser, portanto, fundamentalmente livre para ajudá-los a acolher o poder de Deus e a atender aos reclamos do Homem. É aqui que adquire relevo a índole carismática e profética da vida religiosa. Ao mudar seu lugar social, ela se liberta das armadilhas do poder não-evangélico. Ela cria na Igreja espaços livres de ambição, de carreirismo e busca de prestígio, do jogo de grupos e pressões. Pela qualidade de sua presença e pela força interna da coerência de seu testemunho, ela se dispõe com liberdade à escuta do Espírito e à conversão sempre necessária. Somente assim será ela fermento na massa eclesial.

Finalmente, a opção preferencial pelos pobres não é nem pode ser ato instantâneo. Esta mudança do lugar social que vai purificando e reformulando nossos critérios de análise e decisão, esta docilidade que consente em deixar-nos evangelizar pelos pobres e não só evangelizá-los, é necessariamente um processo. Antes de transformar o mundo, este processo nos vai transformando a nós, abrindo-nos à presença direta ou indireta aos pobres e sobretudo à comunhão com eles. Estar junto dos pobres — e esta vivência e experiência na vida traz sempre consigo uma profunda força redentora — é viver a História pelo seu reverso, aquele lado que não se escreve. É sentir existencialmente — e não só saber a seu respeito — o peso da carência, da injustiça, da impotência, da insegurança, da incerteza. Tudo isto exige um novo aprendizado. É uma pedagogia que não conhecem os que não viveram de perto este outro lado da humanidade, os que o ignoram ou tentam esquecê-lo. É uma pedagogia que a Igreja conheceu em sua história, aberta que sempre esteve ao amparo dos pobres. Mas, em outros tempos, ela os percebeu sobretudo na sua singularidade de indivíduos ou no horizonte modesto de realidades locais. E foi também muito a partir da remissão do pecado de indivíduos que ela tentou minorar a pobreza. Hoje, porém, ela intui a fundo o alcance insuportável do pecado social, gerador primeiro da macro-sociedade que empobrece. É daí que brota a sua decisão de não pactuar. Surge daí a urgência da opção de querer estar ao lado dos que sofrem, de olhar como eles a realidade dos homens e das cousas. Esta comunhão profunda, que é uma das formas de atuar a opção pelos pobres, mas não a única, está se concretizando de fato na Igreja pela inserção de muitos religiosos e religiosas em meios pobres. Lá eles se fazem presença desta Igreja, mas descobrem ao mesmo tempo quão profundamente são e vivem como Igreja estes pobres que, a um tempo, são evangelizados e evangelizam sobretudo.

NOVAS ORIENTAÇÕES PARA A CATEQUESE NO BRASIL

Dedico este artigo a AFIFE NACIF, ZULEI BASSI e tantas outras leigas que fizeram da catequese seu trabalho e lazer, sua família e sua vida.

Pe. Wolfgang Gruen, SDB

Belo Horizonte, MG

Estamos atravessando uma fase de sufoco para a maioria da população. Não se trata de mera situação episódica: a crise é, antes, elemento coerente do processo sócio-político viciado, ironicamente chamado "ordem mundial".

Em semelhante conjuntura, que sentido tem ficarmos discutindo a renovação da catequese? Estaremos vivendo em outro planeta? Enquanto o cidadão jaz atropelado sob as rodas do carro, estaríamos preocupados porque ele... rasgou a roupa?

Sem dúvida, em 1968 a reflexão catequética brasileira era mais incisiva. Mesmo assim, temos agora orientações para a catequese que, se bem aproveitadas, podem ser de real interesse para o povo. É para isto que foram elaboradas, com ajuda de muita gente simples e sofrida. E é

com este enfoque como pano de fundo que tentaremos uma rápida análise do novo documento da CNBB, "Catequese Renovada — Orientações e Conteúdo", de ora em diante abreviado CR (1).

1. UM POUCO DE HISTÓRIA

Mudanças

Nas primeiras décadas do nosso século, a catequese católica no Brasil deu passos significativos. A imitação do que houve na Europa, mas sempre com certo atraso, tivemos sucessivas injeções de modernização. De vez em quando, vivemos momentos de especial animação em nível regional ou mesmo nacional.

As mudanças eram oportunas; mas não atingiam substancialmente o esquema que vinha desde o século 16, agora na versão de Pio X. Fazer

catequese significava transmitir de maneira íntegra um conjunto resumido de doutrinas intra-eclesiais, rigorosamente buriladas em termos de ortodoxia, codificadas em um livro basicamente igual para todos os católicos ao longo dos séculos, obrigatório, mas difícil de entender; exigindo, portanto, pessoas preparadas e autorizadas que o explicassem e inculcassem. Para tal, estabeleceu-se um bem organizado sistema de transmissão da doutrina cristã principalmente para crianças e adolescentes.

Os ocasionais retoques neste modelo de catequese pouco afetavam o conteúdo, feito de verdades imutáveis como é imutável Deus que as revelou. Aliás, este conteúdo formava um conjunto tão coerente, exato, bem demarcado, que toda interferência parecia no mínimo temeridade.

As primeiras modificações significativas deram-se em âmbito pedagógico: foram diversos passos de renovação metodológica.

Depois da Segunda Guerra Mundial, motivos teológicos e pedagógicos, enraizados em profundas mudanças sócio-culturais, permitiram novos enfoques da própria mensagem: noções predominantemente abstratas deram lugar à valorização da Bíblia e da Liturgia, da História da Salvação. Foi o movimento querigmático, que marcou bastante a nossa catequese e toda a nossa pastoral.

Em seguida chegou a vez do sujeito da catequese: sua psicologia, seus interesses e valores, seus questionamentos. Foi a renovação antropológica dos anos 50/60.

Enquanto isto, crescia o número de agentes formados na Europa, principalmente em Paris e Bruxe-las. De volta, eles deram vida a uma efervescência catequética nunca antes presenciada no País: cursos, encontros, institutos, publicações.

No final da década dos 60 veio a ruptura. Na Alemanha estava em andamento a renovação hermenêutica da catequese, com forte respaldo filosófico-lingüístico. Também entre nós despontou o problema da interpretação; mas motivos e enfoque eram bem outros. Em diversos pontos do País, grupos de frente compreenderam a necessidade de nos situarmos na realidade — numa realidade vivida e interpretada sem academicismo, com muita garra e amplidão de horizontes.

Silenciosamente, quase sem nos darmos conta, brotava uma perspectiva revolucionária, destinada a inaugurar nova fase de nossa catequese (2).

Gulnada

A primeira tomada de consciência do que estava acontecendo deuse no Encontro Nacional de Catequese, realizado no Rio de 1 a 5 de julho de 1968. Esses cinco dias foram um acontecimento. Ali não se falava mais a costumeira linguagem importada. Não se parou na catequese da infância e da adolescência. Da linguagem-pensamento passou-se à prioridade da ação transformado-

ra feita linguagem. Mais que princípios procuraram-se imperativos concretos. Da verdade possuída e estudada avançou-se para a verdade como tarefa. Enfim, o que se presenciou naquele Encontro foi um rosto
novo, uma nova voz, novos rumos.
Sem o percebermos, a criança agarrada na saia da mãe havia-se tornado jovem cheio de coragem e vigor;
de ira; mas de muita fé e esperança (3).

Que é que havia acontecido? Desdobramentos do Concílio Vaticano II? Sim e não. Sob diversos pontos de vista, o Vaticano II, com sua eclesiologia aberta ao mundo (Gaudium et Spes) e a salutar sacudidela que deu à estrutura monolítica do modelo tridentino, encaminhou um novo modo de encarar a catequese. Mas é preciso reconhecer que o Concílio, com sua temática ainda muito intra-eclesial, em termos de catequese no Brasil entusiasmou quase só as lideranças da classe média; nas bases, a aceitação foi mais reservada e superficial do que então nos parecia.

A raiz mais profunda da nossa virada catequética está na nova postura assumida por setores significativos da Igreja diante da situação insuportável de injustiça institucionalizada. Aliás, em 1968, podia-se esperar outra coisa de cristãos engajados? Feita esta mudança de lugar social, não tardou a surgir um modelo de catequese corajosamente séria, adulta, relevante não só em círculos eclesiásticos mas para a grande sociedade brasileira, principalmente para os das classes populares.

Em duas palavras, podemos resumir assim a mudança que se deu. O movimento querigmático havia procurado superar o intelectualismo dos séculos precedentes insistindo não só na salvação (principalmente da alma) mas na história da salvação; e nela, ao nexo indispensável que há entre história do povo e palavra de Deus. Consequentemente, a catequese passou a falar mais da história do povo — de então (Bíblia) e de hoje. O princípio estava certo; sua aplicação, porém, era insuficiente. História contada ainda não é história: é narrativa. Na América Latina é que se fez a verdadeira mudança que o movimento querigmático apenas vislumbrou: incorporouse no conteúdo da catequese a história vivida, realizada; e não só momentos fortes, mas a atuação lenta e firme dentro do próprio processo histórico em sua macro-dimensão. A história vivida passou a ser não apenas ponto de partida (motivação pedagógica) mas parte integrante do conteúdo da catequese. Com isto, tanto na interpretação como no planejamento dessa história, a ótica não será mais a da classe média ou alta, e sim a das bases.

O citado Encontro Nacional do Rio tivera, entre outros, o objetivo de preparar a colaboração brasileira para a 6ª Semana Internacional de Catequese — Medellín, 12 a 16 de agosto de 1968; esta, por sua vez, seria seguida dez dias depois, 26 de agosto a 6 de setembro, no mesmo local, pela Segunda Conferência Episcopal Latino-Americana (II CELAM). Desse modo, 1968 tornou-se o ano da primeira sistemati-

zação e codificação de uma mudança qualitativa em nossa catequese.

Todo o processo catequético era agora encarado sob nova luz, como a ação ordenada e progressiva pela qual "um grupo humano interpreta sua situação, a vive e expressa à luz do Evangelho" (4). Com isto, os elementos da estrutura catequética também mudaram: os primeiros destinatários não eram mais as crianças; o método tendia a crescer em importância, a ponto de cada vez mais assumir status de conteúdo; este, o conteúdo, foi visto acima de tudo como um agir concreto em nome da fé e, no agir, audição da Palavra; o catequista foi conceituado como "uma pessoa inserida no processo histórico da comunidade, que serve sua comunidade para que ela atinja maior consciência e expresse sempre mais claramente os aspectos de libertação e construção em Cristo, dentro de uma tríplice dimensão: de abertura para o definitivo que não se atinge aqui e agora; de abertura para uma intimidade sempre maior que lhe será revelada; de abertura para uma integração total e totalizadora que se manifestará plenamente quando Deus for tudo em todos" (5).

Claro, por toda parte também continuava em ato a fase pedagógica da renovação catequética. Mas, depois de séculos de hibernação, voltara à prática eclesial, e começara a irradiar-se, uma catequese "histórico-política" consciente. Em termos teológicos, o modelo do anúncio de uma revelação fixa cedera (em parte) ao da interpretação e transformação da realidade à luz da fé.

Quanto a Medellín: o documento da CELAM sobre a catequese retomou basicamente as Conclusões da Semana Internacional, de três semanas antes, mas enfraquecendo-as notavelmente. Nessa forma enfraquecida é que elas foram oficializadas para a América Latina (6). Mesmo assim, o essencial ficou. Medellín representará uma virada na catequese. E pela primeira vez, catequetas do primeiro mundo olharão com interesse e respeito para a catequese latino-americana.

A teoria desta mudança só lentamente chegava às bases. A prática começou a alastrar-se: por toda parte surgiram CEBs, reflexões bíblicas ligadas à vida, celebrações vivas, participadas, verídicas. Mas também por toda parte foram rareando as publicações, os institutos, os coordenadores tradicionais de catequese. A causa não foi só a pressão externa, mesmo de dentro da Igreja. No fundo, esses institutos e muitas das publicações baseavam-se ainda numa visão dualista — história da salvação/história da libertação humana. Cedo ou tarde, a contradição entre teoria e prática tinha que solapar sua existência, apesar de todos os seus méritos. Fica a esperança de sua ressurreição.

Reações

Uma mudança tão séria não podia deixar de provocar tensões e reações. Afinal, era a primeira virada qualitativa da catequese na história do Brasil; supunha mudança de lugar social, uma experiência cristã nova, conversão; e, last not least, constituía uma das partes visí-

veis desse volumoso iceberg que era o jogo de poder que agitava o País e a Igreja. Aprofundemos este último aspecto.

O modelo catequético anterior era tranquilamente conservador da situação sócio-político-econômica vigente: encaixava-se tão bem no sistema que sua força política (conservadora) não chamava a atenção. O novo modelo era de denúncia e de ação, à luz da fé, no descampado da história. Começou a incomodar setores opressivos, na medida em que ajudava os oprimidos a se organizarem e a viverem a esperança. Só então é que se percebeu, nesses setores, o potencial político da catequese — de toda catequese.

Intimamente ligado à política nacional, embora mais discreto, havia o jogo de poder dentro da Igreja. Um grupo dinâmico havia assumido a liderança, acompanhado de bom número de entusiastas. Mas havia também resistência, às vezes silenciosa; em geral, os grupos que não aceitavam a nova linha sentiam-se derrotados e injustiçados. Aos poucos, conseguiram aumentar sua força, respaldados principalmente nas instituições. A rivalidade entre um poder eclesial um tanto triunfalista e um poder eclesiástico ressentido (7), ainda sem experiência de mudança de lugar social, afetou também a catequese.

Diante da linha de Medellín (mesmo da CELAM) houve reações diversas: silêncio e desconhecimento; ambigüidade (aceitação dos que neles se inspiravam); releitura intelectualista; atuação no espírito da mudança; passagem apressada de um modelo a outro; radicalização anti-intelectualista. Num extremo, a saudade da rigorosa ordem de ontem; no outro, improvisação aventureira (8).

"Catequese Renovada"

O resto é conhecido. Em diversos setores da Igreja, foi crescendo a preocupação com o conteúdo da catequese. A partir de 1977, o nosso episcopado passou a insistir, em diversas ocasiões, na necessidade de termos algum tipo de roteiro orientador. Grupos de assessores convocados para estudarem a solicitação esbarravam sempre no mesmo problema: elaborar uma lista de conteúdos doutrinários seria retroceder a uma linha superada desde 1968. Que fazer então?

Em 1980 foi redigido um instrumento de trabalho que desenvolvia três idéias básicas:

Não tem sentido voltar ao modelo nocional de catequese propondo uma lista de "verdades" a serem estudadas. A reflexão cristã ou se dá dentro dos acontecimentos, ou não é mensagem.

O que é possível fazer: planejar a catequese em "interação", de modo que a mensagem ressoe sistematicamente ao longo da caminhada da comunidade — caminhada a ser planejada também ela.

Duas prioridades presidirão a esta catequese:

— a opção preferencial pelos pobres, ótica sob a qual tudo há de ser visto; — a fidelidade a Jesus Cristo, à Igreja, ao homem.

Embora o instrumento de trabalho tivesse visado apenas a esclarecer a problemática e o impasse que se criou ao seu redor, ele acabou sendo transformado em anteprojeto de um documento sobre o conteúdo da catequese. Nessa condição foi debatido nas bases e votado pelos bispos, corrigido e melhorado por peritos, num constante fluxo e refluxo que durou quase três anos. Passou a não restringir-se rigidamente à problemática do conteúdo. Inevitavelmente, alguns pontos importantes também se perderam pelo caminho. Mas o documento que resultou é, sem dúvida, um marco na história da nossa catequese: codifica uma caminhada que se iniciou há 15 anos, marcou passo, e agora, assim esperamos, recomeça com muito vigor e convicção. CR foi aprovado quase por unanimidade na Assembléia Geral da CNBB de 1983 (9).

2. DESTAQUES

"Catequese Renovada" é o primeiro documento do gênero no Brasil. Não é mera seleção de orientações emanadas por outras instâncias. Pelo contrário: desenvolve justamente pontos não suficientemente sublinhados antes.

A teologia do documento, principalmente a da III Parte, "Temas fundamentais para uma catequese renovada", exige uma análise à parte. Aqui queremos apontar apenas alguns destaques tipicamente catequéticos do conjunto. 1. Teologia da Revelação. Base e pedra de toque de toda teoria catequética é sua teologia da fé e, por conseguinte, da revelação. O modelo catequético variará conforme entendermos a revelação divina:

Ela é algo exterior ao homem, recebido de modo verticalista e sem interferência humana? Ou Deus se revela dentro da história, da experiência do homem, com sua participação ativa?

Há uma revelação arquétipa, fundadora, e uma experiência de fé pessoal hoje, sustentada por aquela. Como se relacionam estas duas realidades?

A revelação terminou, ou Deus se revela ainda hoje?

Qual o papel da comunidade na revelação divina?

Que relação há entre experiência da revelação e formulação da fé?

Esta problemática ocupou a catequética européia ao longo de toda a década dos 70; entre nós, apesar de algumas boas publicações a respeito, foi praticamente ignorada em termos de teoria catequética.

CR não só inclui a doutrina da revelação no seu temário (CR 174 a 176); dedica-lhe a primeira metade da II Parte, "Princípios para uma catequese renovada", tomando 10% do documento. Pelo espaço que CR lhe dá e pelo modo como a desenvolve, esta matéria está entre os pontos altos do documento (10).

2. O princípio da interação. Voltando à linha de Medellín, CR deixa claro que o conteúdo da catequese

compreende dois elementos indispensáveis, que "inter-agem" em relacionamento mútuo e eficaz (CR 113): a experiência de vida, principalmente em comunidade, e a formulação da fé. Este princípio significa a recusa do nocionalismo intelectualista, da improvisação pragmática, do dualismo.

Não se trata de apenas mais uma bela teoria. O princípio da interação está presente ao longo de todo o documento, constituindo sua espinha dorsal. A III e IV Partes só têm sentido se lidas em interação; a II Parte é, basicamente, sua explicação; a I Parte é um apanhado da história da catequese sob o ponto de vista da interação. Também nos detalhes, a interação reaparece com freqüência (11).

3. A comunidade e sua caminhada. Como não podia deixar de ser num documento nascido dentro da experiência brasileira, CR dá especial ênfase ao papel da comunidade na catequese. Isto fica claro desde a Apresentação (no final) e a I Parte ("A catequese e a comunidade na história da Igreja") até a IV Parte, dedicada especificamente à comunidade com seus passos concretos. Mas vejam-se também os ns. 54. 55. 118 a 120. 127. 130. 135. 137 — sem falar do Temário (III Parte).

A novidade é que agora a comunidade não é só lugar da catequese: sua caminhada é elemento constitutivo de seu conteúdo. Finalmente, o espírito de Medellín está concretizado num documento.

4. O temário. Foi a primeira coisa a ser pedida pelos Bispos; e foi por

causa desse pedido que se julgou necessário redigir um documento mais amplo. Renunciando aqui, como dissemos, à análise do conteúdo teológico-pastoral deste temário, destacaremos apenas dois pontos:

A tentativa de apresentá-lo em linguagem catequética, mesmo que isto nem sempre tenha sido possível (cf. CR 164).

O fato de não ter sido publicado em separado, o que teria esvaziado por completo o princípio da interação.

5. A liturgia. A liturgia é, devia ser, catequese em sentido eminente: feita de vida, gestos e palavras, ela é alimento da fé em forma de oração e de celebração, em comunidade, e ao longo de toda a vida. Por outro lado, uma das tarefas básicas da catequese é a de formar o cristão para a liturgia. Para tal, é preciso que a catequese:

Desperte o cristão a olhar para a vida, a enxergar quanto ela é rica, valiosa, misteriosa, gratuita.

Cultive o senso de admiração, sensibilidade ao que é bom, belo, verdadeiro; a capacidade de penetrar o mundo do simbólico.

Desse modo, ajude a aprofundar as expressões litúrgicas e, quando preciso, a purificá-las em termos de veracidade e de aculturação.

Eduque ao sentido dos tempos, lugares e objetos do culto.

Em teoria, a liturgia é elemento essencial da catequese. Na prática, tem sido um de seus pontos de es-

trangulamento. CR procura remediar com importantes orientações. Cf. principalmente os ns. 4 a 6. 15. 29. 67. 83. 89. 90. 106. 130. 132. 136. 147. 159. 219 a 229. 251. 255. 258. 262. 263. 265. 281. 282. 294. 299. 307. 308. 315.

6. A Bíblia. Em termos de citações explícitas, a Escritura não está em primeiro lugar em CR: são 88 citações bíblicas contra 380 de documentos eclesiásticos recentes (dos quais 123 são de Puebla).

Entretanto, a Bíblia está presente de modo marcante em todo o documento. Fundamenta a teologia da revelação (CR 40-52.61); é apresentada como exigência básica da catequese (CR 85 a 89); como conteúdo da catequese desde a infância (CR 140); como "livro de catequese por excelência" (CR 154-155); como "o temário fundamental" da catequese (CR 162). O documento lembra que não se trata de apenas pinçar textos fragmentários da Bíblia e sim de impregnar a catequese de pensamento, espírito e atitudes bíblicas (CR 86, citando Catechesi Tradendae 27).

Se estas orientações forem levadas a sério, serão fonte de revigoramento da nossa catequese. De fato, a Bíblia nasceu e cresceu dentro do caminhar suado do povo; tem cheiro de vida real, de comunidade de fé que luta, com acertos e tropeços. Na própria história de sua redação, a Bíblia ensina a dar tempo ao tempo; a respeitar a diversidade de enfoques e repensar as expressões da fé; a caminhar continuamente; e a alimentar a fé nesta caminhada comu-

nitária. A Bíblia é, pois, a melhor realização do princípio da interação de que se tem notícia, e o melhor exemplo de metodologia sensata.

Por outro lado, convém ter presente que, se cada texto bíblico tem seu contexto vital (o "Sitz im Leben" de que falam os biblistas), o mesmo se há de dizer de cada leitura bíblica. Será diferente a nossa compreensão, conforme nos situarmos em clima de estudo acadêmico, doce enlevo espiritual, polêmica religiosa, alimento da caminhada comunitária; conforme estivermos sintonizados com os oprimidos que lutam por seus direitos ou com o opressor que não quer perder seus privilégios.

Por isso, mais que uma volta à clássica "história da salvação" e à catequese narrativa (12), nos auguramos desta abordagem bíblica uma conversão à fé refletida dentro da caminhada histórica.

7. Há outros destaques de CR que mereceriam comentários. Vale a pena pelo menos enumerar mais alguns.

A importância do pobre na catequese (CR 53.305) (13); não mais apenas como nosso discípulo preferido, mas como destinatário privilegiado da salvação de Deus, aberto à revelação divina; por isso mesmo, como aquele que ensina a nós todos a esperança em Deus, e aquele tipo de mística dos pobres vivida por Maria SS. e pelos Santos.

A prioridade a ser dada aos adultos (CR 120), segundo o princípio de que "os adultos, num processo de aprofundamento e vivência da fé em comunidade, criarão, sem dúvida, fundamentais condições para a educação da fé das crianças e jovens, na família, na escola, nos Meios de Comunicação Social e na própria comunidade eclesial" (CR 130) (14).

A atenção que merecem os excepcionais (CR 142) e categorias de pessoas em outras situações especiais (CR 143).

A menção de elementos pedagógicos profundamente libertadores, como a educação para a criatividade, o senso crítico e o senso do mistério (CR 138. 146 a 148. 157. 169).

A importante distinção entre atividades pedagógicas e transformadoras, com a repetida recomendação destas últimas. A preocupação não é mais unilateralmente com a aprendizagem do catequizando; mas com a sua ação transformadora da realidade e das mesmas estruturas sociais injustas (CR 27. 135. 137. 150. 156 a 158).

A distinção entre catequese e ensino religioso escolar (CR 124. 125). Foi particularmente sábia a decisão de não tratar do ensino religioso neste documento (CR 125): o assunto ainda precisa amadurecer(15).

As densas duas páginas e meia dedicadas à missão e formação do catequista (CR 144 a 151; cf. também os ns. 20. 109. 110. 111. 137. 163 e a dupla menção dos catequistas na Apresentação).

Finalmente, um ponto positivo do documento que vai muito além do seu conteúdo imediato. Fiel a Puebla, CR conseguiu não só recomendar mas criar comunhão e participação. A aprovação quase unânime do documento foi demonstração de unidade do nosso episcopado num ponto vital para a Igreja. Foi um gesto muito falante de comunhão eclesial. Mas CR é também um exemplo concreto de participação. Inaugurou uma nova metodologia na própria confecção de um texto deste gênero. Durante anos o documento foi sendo elaborado e discutido nos mais diversos ambientes da Igreja bases, peritos e pastores. Esta participação na elaboração dá também esperança de boa participação na execução — a tarefa que ora nos aguarda.

3. LIMITAÇÕES

CR ocupa-se basicamente do conteúdo da catequese e das questões com ele conexas. É propositalmente seletivo, o que só merece louvor. Nas próprias questões de que se ocupa, não podia ser completo: é um livro de orientações, não um tratado sobre a matéria. Mesmo assim, sentimos falta de elementos importantes que foram sacrificados. Enumeremos alguns.

Faltou explicitar que estas orientações devem ser lidas à luz de uma política catequética global, traçada nas "Diretrizes de Ação Pastoral da Igreja no Brasil" (16). O lembrete poderia vir depois de CR 109.

A alusão às "Diretrizes" não é o mais importante; podia até ser subentendida, contanto que houvesse forte articulação entre os dois documentos. Não é o caso. Antes, CR

ficou prejudicado por ao menos uma omissão grave. Se compararmos "Diretrizes" 95 com CR 318, notaremos basicamente o mesmo texto — uma síntese descritiva do que entendemos por catequese. Mas há uma diferença notável: CR 318 não fala em opção preferencial pelos pobres, que tem destaque nas "Diretrizes" (ns. 95 e 36-44). A opção preferencial pelos pobres não podia faltar na II Parte e no nº 318 de CR: trata-se não só de um tema da catequese, mas de uma sua perspectiva geral, que orienta concretamente objetivos, sujeito e destinatários, conteúdo, métodos, alocação de recursos, formação de catequistas. A omissão é ainda mais estranha quando se considera que, em redações anteriores, falava-se do assunto. Caberá aos coordenadores regionais providenciarem o saneamento desta lacuna do documento sobre a catequese.

Os pobres não foram a única baixa consciente. Ainda na fase da discussão, o subsídio anterior "Orientações para uma Catequese Renovada", ao falar dos planos de atividades, citava entre seus possíveis conteúdos: elementos de ajuda na formação da consciência crítica; elementos de antropologia, psicologia, política, economia, comunicação, direitos humanos; informações sobre documentos indispensáveis; noções úteis para o dia-a-dia e elementos de higiene e saúde (17).

Uma carta da S. Congregação para o Clero, ao comentar este conteúdo, assim se exprimiu: "Não parece oportuno alargar a programa-

ção catequética a ponto de incluir elementos que mais sabem à educação cívica que a educação da fé." Os itens foram retirados. Salvou-se apenas um corajoso etc. (CR 159), que continua a abrir os braços aos elementos despejados. Lamentamos a mentalidade dualista que levou a esta eliminação, por não ter compreendido o princípio da interação. Com esse critério, a Bíblia teria sofrido cortes irreparáveis quando da formação do cânone. Pois ela fala de tudo isso, como bem lembrava o nº 149 das citadas "Orientações". "É que tudo isso faz parte do contexto da vida em comunidade, e é imprescindível para a promoção da justiça (cf. CT 29), para a expressão da nossa aliança com Deus e com os irmãos".

No panorama histórico da catequese (I Parte de CR) não se faz justiça aos catequistas — que só aparecem incidentalmente no nº 20. Há muito tempo, são eles (ou mais exatamente, elas) que vêm levando adiante o projeto catequético neste imenso Brasil; e o fazem voluntariamente, enfrentando problemas de todo tipo. A sua dedicação é a página mais bela da história da catequese no Brasil.

A IV Parte não teve o destaque que merecia. Se não, vejamos.

— Talvez seja compreensível que esta seção fosse notavelmente menor que a III Parte (10,5 páginas contra 62,5). Mas, além disto, o temário foi todo impresso em tipo cursivo; por que não também a IV Parte? O destaque tipográfico dado à III Parte, junto com a sua exten-

são (mais da metade do documento), não vem privilegiar novamente a mensagem sobre a caminhada?

- O título, "A comunidade catequizadora", foi infeliz. Se a III Parte foi chamada "Temas fundamentais para uma catequese renovada", o próprio princípio da interação pediria que a IV Parte recebesse um título paralelo: "Passos da comunidade fundamentais para uma catequese renovada".
- Pedagogicamente, esta caminhada da comunidade devia ser tratada antes do temário (IV Parte antes da III): afinal, é ao longo da caminhada que o temário vai ressoar (cf. CR 163).
- Ao se falar da integridade do conteúdo (CR 98), só se menciona a integridade da mensagem. E a caminhada da comunidade? Ela não terá também uma exigência de integridade, de maturidade? Como é difícil superar o velho esquema "conteúdo = mensagem"! Em compensação, em CR 77, ao se falar da prática catequética, menciona-se a IV Parte, mas não a III; ora, a mensagem é também parte importante da prática catequética.

Outras limitações que convém ter presentes quando da leitura do documento:

— Para evitar o desgaste de termos tão incisivos, seria preciso explicitar melhor em que sentido se fala de "verdade plena e integral" e do "direito" dos fiéis a ela (CR 98. 99; mas também 81. 101. 102).

Primeiramente, convém evitar a impressão de que existe um depósito, uma série cuidadosamente numerada de verdades, que a gente teria o direito e dever de "receber" na catequese, uma por uma, como drágeas a serem ingeridas na dose indicada. O sentido é outro. Não temos o direito de nos fecharmos a nada que Deus revela; é nosso dever, e graça, abrirmo-nos por completo à Verdade, que acima de tudo é uma pessoa, Jesus Cristo. Mais: ao longo de 20 séculos, a nossa comunidade de fé procurou formular como pôde a sua adesão plena e integral a Cristo. Aceitamos com veneração estas formulações.

Por outro lado, temos consciência de que nunca chegaremos a formular, e a professar, tudo o que constitui a Verdade. Há o mistério de Deus, do homem, da vida e de seu sentido, do universo, do além. Podemos dizer que temos o direito a que nos sejam desvendados estes mistérios? Além disso, a Verdade continuará a ser sempre um projeto de vida, um programa. Enquanto isto, alimentaremos o espírito de abertura a tudo o que é bom e verdadeiro; procuraremos aprofundar os grandes núcleos que formulam a nossa fé; cultivaremos os grandes pré-requisitos de toda busca da verdade, e planejaremos as tarefas catequéticas que orientam esta busca. Em tudo isto, manteremos uma atitude humilde, em nível de pessoas e de instituições: a Verdade é sempre maior que nós (18).

— Falta uma abordagem, mesmo sucinta, do delicado papel da linguagem na catequese, em termos de

educação libertadora. Nesta abordagem, que afeta diretamente o conteúdo, dever-se-ia incluir a inevitável problemática do condicionamento e da ideologia (19).

- A questão da linguagem inclui a dos Meios de Comunicação Social. CR trata rapidamente do assunto (127. 128). Parece-nos, porém, que faltou o principal. Além de serem recursos de que nos servimos, os MCS estão plasmando uma nova mentalidade; importa ver como é que a catequese se situa diante desta nova geração-TV, tão diferente das que a precederam (20).
- Sempre tem termos de conteúdo, faltam orientações concretas sobre a nossa responsabilidade ecumênica e de abertura a outras religiões.
- Há diversas citações de Medellín (CR 20, 70, 73, 74, 93, 101, 114. 116); mas nem sempre o espírito de Medellín foi bem interpretado. Assim em CR 93, quando se diz que a catequese procura esclarecer realidades como a ação do homem para sua libertação integral, o empenho na busca de uma sociedade mais solidária e fraternal e a luta pela justiça e pela construção da Paz, Catechesi Tradendae 29 está bem citada. Medellín, porém, pede mais que "esclarecimentos"; pede também ação. A mesma maneira reducionista de citar Medellín encontra-se em CR 114. CR 101 manda "levar em conta a experiência e os problemas, a situação histórica dos homens a que se dirige" a catequese. Certo; mas isto já se dizia antes de Medellín. A mudança está em fazer dessas situações históricas ele-

mento do próprio conteúdo. Em CR 20, Medellín é apresentado como aplicação dos ensinamentos do Vaticano II à nossa realidade continental; quer nos parecer que foi mais que isto.

- O postulado de um ensino religioso escolar como prevalentemente "evangelização" (CR 125) não está claro (21).
- O princípio da interação está enunciado em CR 113: trata-se de um "relacionamento mútuo e efiçaz entre a experiência de vida e a formulação da fé; entre a vivência atual e o dado da Tradição". O detalhamento que vem em seguida deixa a desejar: privilegia tanto a formulação da fé que a experiência humana aparece como sendo só elemento passivo, receptivo (22).
- A liturgia está bem presente no documento. Mas a oração pessoal e grupal também merecia destaque, a começar pela figura de Jesus "orante".

Estes e alguns outros são senões quase diríamos inevitáveis num escrito tão denso e de redação final apressada. E não desfazem em absoluto a impressão positiva que o documento nos deixa, no conjunto.

4. OLHANDO PARA FRENTE

CR não quer ser troféu de vitória: apenas sinal de largada. Suas orientações levantam uma série de ulteriores questões que agora podemos ir enfrentando. Na verdade, o documento está todo voltado para o futuro: sintomaticamente começa

com as palavras "na procura..." e termina com "... a esperança do povo brasileiro".

Algumas sugestões para os próximos passos.

Estudar o documento com atenção e carinho em todos os níveis da pastoral. No aprofundamento sistemático, talvez seja mais fácil seguir a ordem inversa: começar pela IV Parte; depois, sucessivamente, ver a III, II, I.

Constituir, nos diversos âmbitos, grupos permanentes de reflexão, compostos de gente da base, coordenadores, peritos, liderados por seus bispos, que levem adiante o projeto da catequese no País. De especial importância é a participação do clero: sem isto, a caminhada dos catequistas fica muito difícil.

Aprofundar temas importantes como:

NOTAS

(1) Catequese Renovada, Orientações e Conteúdo. Documentos da CNBB nº 26. Edições Paulinas, SP., 1983. Para os primeiros comentários do documento, cf. Revista de Categuese nº 24, out.-dez. 1983 e nº 25, jan.-março 1984. (2) Para a história da Catequese no século 20, cf. principalmente OLIVEIRA, Ralfy Mendes de. O Movimento Catequético no Brasil. Editora Salesiana Dom Bosco, S. Paulo, 1980. E ainda: AUDINET, J. La catéchèse, enjeu de société. In Études, juillet 1977, pp. 93-110. AZZI, Riolando. A Catequese no Brasil. Considerações históricas. In Convergência, out. 1977, pp. 491-513. BEOZO, José Oscar. Evangelization in

- catequese e opção preferencial pelos pobres;
- catequese e linguagem, condicionamento, ideologia;
 - catequese e ecumenismo;
 - -- ensino religioso escolar;
- formação da consciência moral na idade evolutiva;
- manuais de catequese e de ensino religioso escolar.

Formular uma política catequética que respeite a diversidade de situações e a unidade na fé. Talvez já se possa pensar na elaboração de uma catequética brasileira?

Cuidar da memória histórica da nossa catequese, a partir das bases. Para tal, já é tempo de se recolherem por escrito não só grandes iniciativas, mas também o heroísmo singelo e anônimo de tantos catequistas e catequizandos deste imenso Brasil.

Latin America in the Light of its history. In Lumen Vitae 1978.3. pp. 277-312. CAMPOS, Dom José Costa. Diez años de catequesis en Brasil. Relatorio del Secretariado de Catequesis. Actividades de 1961 a 1971. In Catequesis Latinoamericana 1971, no 12, pp. 532-538. COMBLIN, José. Situação histórica do catolicismo no Brasil. In REB set. 1966, pp. 574-601. DUPERRAY. G. Où va la catéchèse? In Catéchèse juillet 1977, pp. 323-337. FOSSION, André. La catéchèse scolaire d'hier à demain. In Nouvelle Revue Théologique jan-fev. 1980, pp. 3-21. GARCIA, Jaime. Modelos Catequéticos. Teología y Catequesis. In Catequesis Latinoamericana 1977, nº 34, pp. 75-114. MARLÉ, R. Une nouvelle étape dans la catéchèse française. In Études oct. 1980,

pp. 389-405. MEIRELLES, Nereu. O movimento catequético no Brasil. In Catequesis Latinoamericana 1969, nº 3, pp. 95-98. VAN CASTER, Marcel. Initlation, formation et enseignement. La triple tâche de la catéchèse. In Lumen Vitae 1961, pp. 631-640. Para a renovação hermenêutica na Alemanha, cf. a obra principal do movimento: HALBFAS, H. Fundamentalkatechetik. Sprache und Erfahrung im Religionsunterricht. Patmos, Duesseldorf, 1968; bem como, a recensão da obra, por RAST, T., em Katechetische Blaetter 1968.3. pp. 180-183. (3) Cf. CNBB. Secretariado Nacional de Catequese. Encontro Nacional de Catequese, promovido pelo Secretariado Nacional de Catequese (CNBB) e Comité Latinoamericano da fé (CELAM), Rio de Janeiro, GB, 1968 (mimeogr.). ASSMANN, Hugo. Testemunho e Palavra. 6 pp. mimeo. s/e, s/d. (distribuído no mesmo Encontro). As Conclusões do Encontro Nacional foram publicadas na revista Catequesis Latinoamericana 1969, nº 1, pp. 146-152 sob o estranho título: Conclusões do seminário de estudos sobre renovação catequética. (4) Cf. AUDINET, Jacques. La renovación categuística y su terminología, relacionadas y condicionadas a los valores actuales de la fe en América Latina. In Catequesis Latinoamericana 1969 nº 1, pp. 5 a 14; aqui, pp. 11. O texto é a conferência pronunciada pelo Autor na Semana Internacional de Catequese, em Medellín. (5) Conclusões do Encontro Nacional de Catequese, Rio, 1968. Cf. Catequesis Latinoamericana 1969 no 1, pg. 152. (6) Os dois documentos foram publicados em Catequesis Latinoamericana 1969 nº 1. Para um minucioso e competente estudo comparativo, cf. RUIJS, Raul. Raízes e rumos do anúncio da Palavra. In Atualização jan.-fev. 1976, pp. 449-471. Para compreender a nova mentalidade, cf. também ADLER, Gilbert. La catéchèse: où est le problème? In Etudes, juin 1983, pp. 829-843. BO-RELLO, Mario G. La catequesis de Medellín a Puebla. In Categ. Latinoam. 1979 nº 39, pp. 33-50. CECHIN, Antônio. Quadro de referência para a elaboração de material catequético. In Cateq. Latinoam. 1969 no 1, pp. 34-48.

(Foi apresentado na Semana Internacional de Medellín). (7) Eclesial é aqui tomado em sentido mais comunitário, abrangendo todo o corpo da Igreja; eclesiástico quer designar o que é próprio das estruturas, principalmente clericais, da Igreja. (8) Cf. MELÉNDEZ, Gerardo. La catequesis, problema social? In Cateq. Latinoameric. 1973 no 19, pp. 141-148. Também: La catequesis a los Cinco Años de Medellín. Observaciones del III Encuentro de Directores Nacionales de Catequesis. Quito, junio 1973. In Cateq. Latin. 1973 no 20, pg. 446. Valioso também, com pequenas variantes para o caso de catequese, LIBÂNIO, J. Batista. A volta à grande disciplina. Loyola, S. Paulo, 1983. (9) Cf. GEEURICKX, José. História do documento. In Revista de Catequese 1983 nº 24, pp. 9-14. (10) Cf. ANTONIAZZI, Alberto. Revelação e Catequese. In Rev. de Catequese 1983 nº 24, pp. 20-26. E ainda, a preciosa brochura do mesmo Autor, A Palavra de Deus na vida do Povo. Edições Paulinas s/d (1983), com boas indicações bibliográficas. (11) Cf. GRUEN, W. Interação entre experiência e mensagem na catequese. In Rev. de Catequese, 1983 nº 24, pp. 27-36, com sugestões bibliográficas à pg. 35. (12) Para a categuese narrativa, cf. METZ, J. B. Pequena apologia da narração. In Concilium 1973.5. pp. 580-592. WEINRICH, H. Teologia narrativa. ibid. pp. 569-579. (13) Entre a abundante literatura, cf., ainda recentemente, ÁVILA, F. B., TABORDA, F., GANDIN, D. Dimensão social, teológica e pedagógica da opção pelos pobres. IX Congresso Nacional da AEC - vol. II. Loyola, S. Paulo, 1983. (14) O assunto já fora tratado no Congresso Catequístico Internacional, Roma, 20-25 set. 1971. Cf. Cateq. Latinoamericana 1971 nº 13, pp. 728.730.733.736.744-747. 749-750. (15) Cf. GRUEN, W. O ensino religioso na escola. In Rev. de Catequese, 1978 nº 4, pp. 49-58. (16) Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil - 1983-1986. Documentos da CNBB 28, Ed. Paulinas, S. Paulo, 1983. (17) Orientações para uma Catequese Renovada. Anexo ao Comunicado Mensal da CNBB abril 1982, n. 355. Aqui,

pg. 34, nº 148. (18) Cf. principalmente NASTAINCZYK, Wolfgang. Recht auf die ganze Wahrheit. Em Katechetische Blaetter 1982.5. pp. 360-364 (com bibliografia). (19) Cf. GRUEN, W. Linguagem e libertação na catequese. In Rev. de Catequese 1984. nº 25, com bibliografia. RUIZ, Juan A. de Gopegui. Evangelização, problema de linguagem. In Comunicado Mensal da CNBB nº 239, ago. 1972, pp. 135-140. Idem, O discurso sobre a linguagem e a evangelização do mundo contemporâneo. In Boletim da AEC 1974 nº 12. (20) O tema foi estudado com riqueza de colocações na Semana Internacional de Estudos sobre Meios de Comunicação Social e Catequese - San Antonio, Texas (EE.UU.), 22 a 27 de junho de 1969. Cf. Categ.

Latinoamericana 1970 nº 5, todo dedicado a este assunto. E ainda: CLAR. Comunicación y pedagogía de la fe. Año XVIII nº 9-10, oct.-nov. 1980. BET-TENCOURT, E. Evangelização e meios de comunicação social. In Convergência set. 1975, pp. 393-405. Revista de Catequese 1981 no 15, dedicada ao tema Comunicação e pedagogia da fé. RUIZ, Juan A. de Gopegui. Evangelização e comunicação. In Comunicado Mensal da CNBB nº 240, set. 1972, pp. 39-46. Lumen Vitae 1978 nº 2, todo dedicado a Audiovisuals and Evangelization. (21) Cf. RUIZ, Juan A. de Gopegui. Conhecimento de Deus e Evangelização, Loyola, S. Paulo, 1977. (22) Cf. TONELLI, Riccardo. Educare la "domanda religiosa". In Note di Pastorale Giovanile nov. 1980, pp. 3-19.

Dois pensamentos

Primeiro. A acusação é a defesa do fraco, defesa de sua inconsistência pessoal ou da inconsistência da comunidade onde vive. Segundo. A opção preferencial pelos pobres pode reintroduzir a Igreja na sua perspectiva de origem, ou seja, viver sem o poder dos homens e ser livre para ajudá-los a acolher o poder de Deus.

Como pode a comunidade favorecer a maturidade?

Neste sentido: ela esclarece valores, reanima o atrativo deles, propicia a encarnação dos mesmos, reafirma motivações para agir em conformidade com eles, dispõe a pessoa para a responsabilidade. Subentende-se a suposição de que a comunidade contenha em si valores objetivos e uma vontade decidida de persegui-los. Como vê, a comunidade pode ser, muito bem, um espaço personalizador, embora o salto para a maturidade deva provir do íntimo. Deva ser uma resposta livre, responsável e interior de cada um diante do Senhor. A maturidade pessoal e vocacional é inexplicável por mera atuação comunitária (Pe. Marcos de Lima, SDB).



Arte: Studioficina, Irmãos Maristas. Uberaba, MG.

A Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) foi fundada, de direito e de fato, no dia 11 de fevereiro de 1954, durante o I Congresso Nacional de Religiosos, na cidade do Rio de Janeiro. Juridicamente, é uma sociedade civil, de direito privado, apolítica, sem fins econômicos para si ou para seus associados. Tem como objetivos estatutários, a PROMOÇÃO e a ANIMAÇÃO da Vida Religiosa e a COORDENAÇÃO das atividades que visem otimizar este objetivo. A CRB tem-se revelado, nestes seis lustros de sua história, um lugar de luz, de liberdade e de aprendizado. Um lugar onde se cultiva a unidade na pluriformidade, respeitando, profundamente, as diferentes formas de viver e realizar os mesmos valores evangélicos de sempre. Um cenário, muito especial, onde se gesta, à luz e ao calor de Deus, o futuro sobre a rapidez das mutações aceleradas do momento. Naturalmente, a CRB expressa, como capacidade de iniciativa, em seu contexto institucional e teleológico, a liderança do pensamento e dos anseios dos Religiosos e Religiosas que vivem e trabalham na Igreja no Brasil (Pe. Marcos de Lima, SDB).